

Restrições Draconianas à Liberdade No Projeto de Lei Contra a Imprensa

VOZ OPERÁRIA

Nº 387 — RIO DE JANEIRO — 13 DE OUTUBRO DE 1956

SEM AÇÃO COMUM, NÃO PODE HAVER VITÓRIA

SE olharmos para o cenário político brasileiro verificaremos que, entre outras, uma das mais proveitosas lições dos últimos anos é o progresso da unidade de ação de forças e correntes, as mais diversas, para a obtenção de objetivos que lhes são comuns, e interessam a todo o povo. Assim foi em agosto de 1954, quando a ação de massas e o conagraamento de partidos e individualidades civis e militares impediram a anulação das conquistas democráticas e a subordinação de nosso país aos grupos financeiros norte-americanos, verdadeiros inspiradores daquela história sinistra: assim foi, nos meses consecutivos, para garantir um pleito naquele ano e combater a política entreguista; essa mesma unidade revelou-se, depois, na paralisação dos golpistas, na eleição de um presidente e vice-presidente da República que repudiavam o falso programa de Gomes, Lacerda e outros pregoeiros do liberticídio; dela proveio a capacidade de agir com eficácia em novembro de 1955, garantir a posse dos eleitos e realizar, desde janeiro, algumas medidas de grande interesse nacional como são, por exemplo, o aumento do salário-mínimo, o reajustamento do funcionalismo público, a solução de greves como a dos marítimos a determinação de construir a represa de Três Marias e, sobre todas, a determinação de denunciar acordos colonizadores que haviam sido impostos a nosso país no relativo aos minerais atômicos.

NO período que se inaugura em agosto, de 1954, pudemos aprender muito sobre a formação da frente única. A experiência nos ensinou que ela é a própria ação e não o manipular arbitrário de forças e pessoas imitáveis. Homens e correntes que participaram do golpe de 24 de agosto podem participar, ou já estão participando, da mesma luta que é, em sua essência, o anti-24 de agosto. Por outro lado, a unidade de ação não necessita compreender todos os aspectos da atividade dos eventuais aliados. Assim, as correntes que sufragaram o sr. Juscelino Kubitschek estavam, no plano eleitoral, divididas em relação àquelas que prestigiavam o sr. Ademar de Barros. Entretanto, nem por isso deixava de existir a ação conjunta para impedir o golpe abortado em novembro e contra o qual se voltavam mesmo alguns cidadãos ainda iludidos com a propaganda do entreguista Juarez Távora. Essa unidade na multiplicidade constitui, efetivamente, o segredo do êxito de uma ação de frente única, em qualquer grau que seja. Se, os patriotas e democratas se unem no essencial, não há motivos para temores. E isso só se consegue quando se ouve pacientemente a opinião das massas, respeita-se os pontos de vistas dos aliados e se examina com espírito crítico e objetividade os dados da realidade da qual não é possível fugir.

É um axioma que o segredo da vitória reside em ter superioridade de forças no ponto decisivo da batalha. Ora, para os brasileiros, o ponto decisivo é, agora, o do alargamento da independência nacional, mediante atos concretos para impedir a obra solapadora dos trustes norte-americanos. Há problemas maduros, perfeitamente equacionados, e que devem encontrar pronta solução. Um deles é o da ampliação dos mercados exteriores; outro o do encaminhamento efetivo da solução do problema agrário. Existem todas as condições necessárias para resolvê-los se as massas atuam e se as correntes de opinião que, dentro ou fora do governo, se dispõem a enfrentá-los, não desprezarem o indispensável apoio do povo. Por cima e por baixo, pela cúpula e pela base é que podem ser enfrentadas questões de tanta envergadura. Do contrário, não há ação comum, nem pode haver a vitória.

É um erro pensar que com inaceitáveis leis repressivas — como a já programada lei de imprensa — será possível desmontar a oposição inspirada nos interesses de cortadores de cupons da república norte-americana. Cedo, esta arma de dois gumes, odiada pelo povo, teria que voltar-se contra ele próprio em benefício dos seus próprios inimigos. Mas seria igualmente primário supor que diante de tentativas de tal categoria devem os patriotas lançar pela borda a unidade de ação naquilo que ela tem de mais essencial.

TRATA-SE, pelo contrário, de impulsionar a conquista de objetivos claros e decisivos, como meio de desarmar o inimigo que é forte e hábil, e de unir ainda mais todos os que têm de trilhar um caminho comum.



RECEPÇÃO AOS DELEGADOS FRATERNASIS AO VIII CONGRESSO DO P. C. CHINES

Durante a realização do VIII Congresso do Partido Comunista Chinês foi oferecida uma recepção aos delegados fraternais de várias dezenas de países estrangeiros que assistiram aos trabalhos do Congresso. NA FOTO, Mao Tse Tung cumprimenta Antônio Saad Niyaim, secretário do Partido Comunista do Equador.

**nesto
número**
AS SENTENÇAS DE POZNAN
(CRÔNICA INTERNACIONAL: 2ª PÁG.)



NO PC ITALIANO: AMPLO E LIVRE DEBATE DOS TEMAS DO XX CONGRESSO DO PCUS

(PÁG. 4)



PROBLEMAS DA CONSTRUÇÃO SOCIALISTA NA CHINA

(CONTINUAÇÃO DO INFORME DE LIU CHAO-CHI, PÁGS.: 5, 6, 7 e 8)



NEGATIVO O PROJETO DO TRABALHO RURAL

(PÁG. 11)

Preço
Cr\$1.50



Também Uma Frente de Luta Pela Emancipação Nacional

Tendências no Conselho de Segurança

Prosegue a discussão do caso de Suez no Conselho de Segurança mas, evidentemente, em uma fase preliminar. Trata-se, ainda, mais de fixar posições e partir das quais cada país há de procurar uma solução de compromisso e não, de fato, de concretizar fórmulas que sejam normas de resultados predeterminados.

A posição britânica e francesa distingue-se pela defesa de seus passos anteriores, sem faltar, à claro, a exaltação do aparato militar. A fórmula dos 18 (internacionalização) aviada em Londres, na segunda conferência dita dos usuários procura-se, novamente, impingir-lhe a um suposto doente que, mui justamente se recusa a aceitá-la. Quanto a Foster Dulles vê-se em situação difícil. Foi um dos fundadores da "Associação dos Usuários", pois afastar-se da França e Inglaterra seria abalar o sistema de aliança imperialista. Mas, como sabemos, a solidariedade da alcatéia não impede a disputa dos lobos em torno da partilha da presa. E, nesse caso, Wall Street, como se sabe, tem divergências bem fundas, com os banqueiros da França e Inglaterra. Dulles, por isso insiste pelo plano dos 18 deixando, ao mesmo tempo, o caminho aberto a uma solução de compromisso.

A posição do Egito, apresentada por Fawzi, foi bastante clara e, em alguns aspectos, mereceu elogios do próprio Dulles. Fawzi ressaltou que há unanimidade em certos assuntos, como no da utilização internacional garantida do Canal. Indicou, ainda, a possibilidade do "estabelecimento de um sistema de cooperação entre os usuários e a autoridade egípcia, que administra o Canal, o estabelecimento de um sistema para os direitos de passagem, que garantam aos usuários que eles não serão explorados, e a reserva de uma

porcentagem razoável das rendas do Canal para um programa de melhora deste". Essa ideia vai ganhando cada vez mais corpo, principalmente depois que a Índia a apresentou na primeira conferência londrina.

Quanto à URSS reafirmou seu apoio aos direitos do Egito e, mais do que isso, apresentou os princípios de que se deve lançar mão para resolver o conflito. Esses princípios podem ser aceitos por qualquer potência que seja, desde que não haja intuítos de dominação contra aquele país árabe. São eles: 1) garantia da liberdade de passagem para os navios de todos os países, segurança do Canal e melhoria do mesmo; 2) compromisso de todas as potências de não pôr em jogo a segurança daquela via e de não submetê-lo, nunca, a bloqueio, e, 3) estabelecimento de formas apropriadas de cooperação entre o Egito e os usuários.

Isso demonstra que o âmago da questão deslocou-se da controvérsia internacionalização versus nacionalização, para a procura de um sistema prático que preserve os direitos do Egito e os interesses da navegação internacional. Os soviéticos propuseram mesmo a constituição de uma comissão especial, formada por seis países (Egito, Índia, URSS, Estados Unidos, Grã-Bretanha e França) e os egípcios um "organismo de negociações" não identificado.

Se o caminho das negociações passou a ser o preferido, pode-se aguardar um desfecho proveitoso para a paz. Disso tratarão sobretudo os interessados nas reuniões secretas do Conselho de Segurança, onde o banimento dos temas de propaganda facilitará a objetivação de um acordo.

Novo Acôrdio PC-PS Italiano

OS JORNAIS "L'Unità" (do Partido Comunista) e "Avanti" (do Partido Socialista) publicaram o texto do acôrdio recém-firmado pelos dois partidos italianos, que substituiu o pacto de ação comum firmado em 1946. É o seguinte o texto do acôrdio: "Os secretariados do Partido Socialista Italiano e do Partido Comunista Italiano, por delegação de suas respectivas direções, examinaram o problema das novas formas da política unitária dos trabalhadores em relação com a mudança da situação.

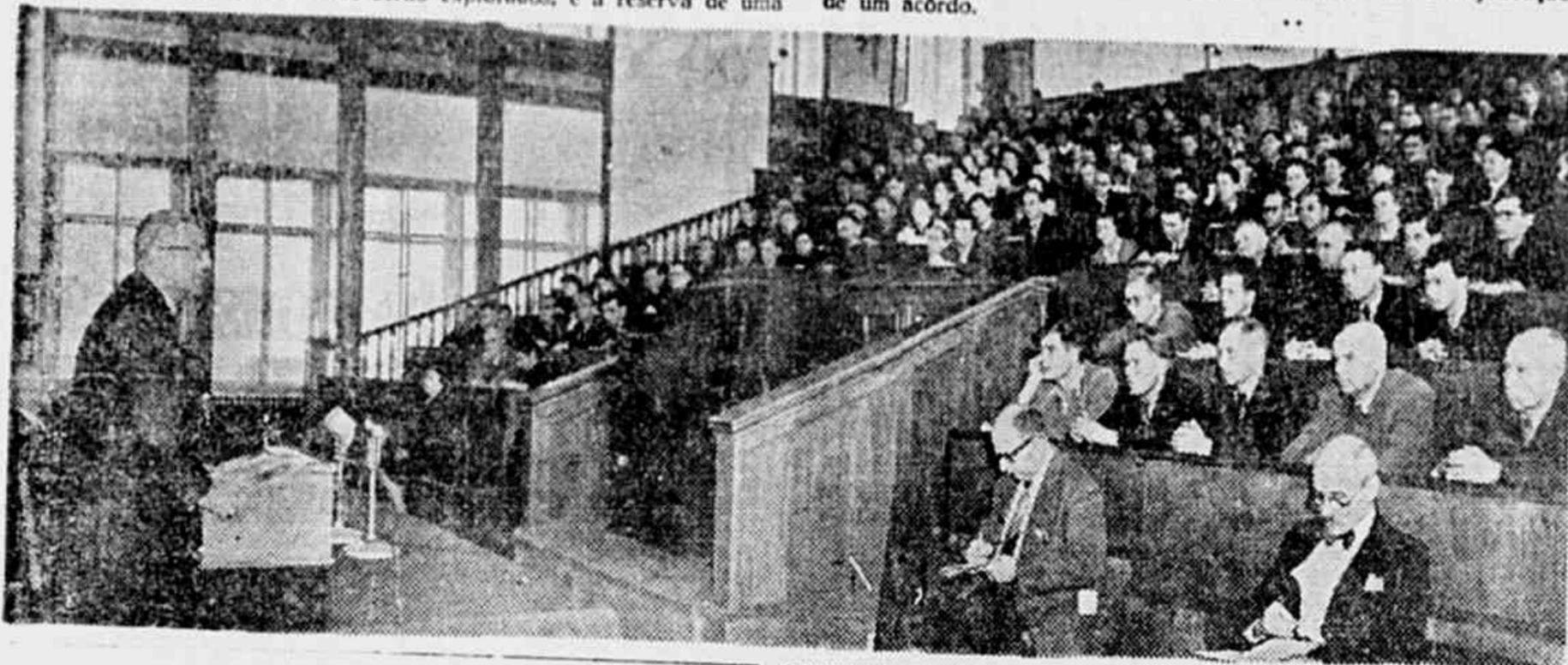
As relações entre os dois partidos, tais como se desenvolvem na prática nestes últimos anos, indicaram o terreno sobre o qual deve agora travar-se a luta para a aplicação da Constituição na sua integridade, para a defesa dos interesses vitais dos trabalhadores, para o desenvolvimento do país, pela paz e pela tranquilidade. Neste terreno é que se realiza a política unitária dos trabalhadores.

Os dois partidos estão de acôrdio em considerar que a mudança da situação com-

porta para eles duas formas de colaboração diferentes das que foram estabelecidas pelo pacto de unidade de ação de 1946. Em consequência decidem assegurar o desenvolvimento das relações entre socialistas e comunistas por meio de consultas do centro e nas organizações periféricas, para o exame dos problemas de interesse fundamental da classe operária e para a ação comum de todos os trabalhadores".



PALMIRO TOGLIATTI



JULES MOCH NA UNIVERSIDADE DE MOSCOU

O REPRESENTANTE da França na Comissão de Desarmamento da ONU, deputado à Assembléia Nacional Francesa Jules Moch, pronuncia uma conferência na Universidade de Moscou, sobre o desarmamento. NA FOTO (Tass) aspecto obtido durante a conferência do titular francês.

RAJK NO PANTEON NACIONAL DOS MÁRTIRES DA CLASSE OPERÁRIA

«Não poderemos, infelizmente, ressuscitar os mortos, mas poderemos evitar a repetição de semelhantes crimes» — declarou Antal Aproz, primeiro ministro da Hungria, nas cerimônias fúnebres do sepultamento de Lázlo Rajk, fuzilado em 1949 como inimigo do povo e agora reabilitado após as denúncias das violações da legalidade socialista sob a influência do culto à personalidade de Stálin.

Os restos mortais de Rajk e de seus companheiros de processo, com ele fuzilados (Alexandre Szalag, Tibor Szonyi e Georges Palfi) foram exumados do túmulo onde se encontravam e sepultados no Panteon Nacional dos Mártires da Classe Operária, no cemitério central de Budapeste. Trezentas mil pessoas acompanharam o cortejo fúnebre, à cuja frente marchavam a viúva e o filho menor do antigo ministro do Exterior e membro do Biro Político do CC do Partido dos Trabalhadores. Os dirigentes do Partido e do Estado acompanharam o cortejo. Os trabalhadores deixaram as fábricas, fechadas por decisão do governo, para prestar a última homenagem ao conhecido dirigente comunista, que foi, também, primeiro presidente do Conselho Nacional da Frente Popular.

Além do vice-primeiro ministro Aproz falaram, na cerimônia realizado no Panteon Nacional, Lázlo Obran, em nome dos velhos militantes do Partido; Ferench Munich, em nome dos antigos combatentes da Espanha, onde também lutou Rajk e Bela Szaz, escritor e cineasta, que recentemente deixou a prisão, após ter sido reabilitado.

A imprensa e o rádio de Budapeste abrem suas colunas para homenagear Rajk e seus companheiros. «A tragédia de Rajk — disse um jornal da capital húngara — é o mais grave libelo que pode ser apresentado contra o culto à personalidade. Não foi por acaso que a reabilitação de nossos camaradas sofreu um atraso, pois o esforço pelo fortalecimento da legalidade socialista e pela democratização marcou passo neste país. Não se ressuscitam os mortos, mas querendo render-lhes homenagem, oferecemos-lhes a melhor coisa que podem oferecer os comunistas: tomar seu lugar na luta, que prossegue.»



Crônica Internacional As Sentenças de Poznan

Ainda não se concluíram os julgamentos de Poznan, mas já podemos dizer sem quaisquer restrições: não, desta vez, não há jurar sobre conclusões niveladas em que a voz da defesa é como um acompanhamento do trovejar da promotória. Nem aceitar, em silêncio acumplicante, o resultado rispido e irrecorrível de um veredito que conduz acusados ao patíbulo. O regime popular da Polônia trata de defender seu povo, sem comprometer sua honra.

Esse é um dos mais importantes processos jamais realizados em qualquer país socialista, sobretudo após o fim da segunda grande guerra. No primeiro grupo presente ao tribunal — 58 acusados — três deles concentram as atenções gerais pois, sobre suas cabeças pairam as acusações mais fortes: Joseph Foltynouricz, de 20 anos, empregado na empresa de vinhos de Poznan; Kazimiers Zurex, de 19 anos, torneiro, e Jerzy Sroka, de 18 anos, carteiro.

Reunidos, mataram em circunstâncias reconhecidamente trágicas um cabo da milícia, durante os conflitos registrados naquela cidade polonesa. Portanto, de sua sorte, dependia o juízo da opinião pública sobre todo o processo.

O governo da Polônia já reconheceu profundos erros em sua atuação e os dera como causa precipua dos sangrentos conflitos de 28 de junho. Evidenciara-se que a classe operária, se marchara para um movimento de protesto, tivera como base dessa sua atitude suas próprias condições concretas de existência. Algumas medidas de pronta correção haviam sido tomadas, pelo governo, ao deflagrar-se a crise. Restavam alguns fatos a verificar: entre eles, o de verificar até que ponto o processo democrático iniciado nos últimos meses seria prosseguido e a medida em que o processo poderia ser aceito como um julgamento normal, isento de paixões, e não como recurso propagandístico.

Ora, o julgamento de Poznan, demonstra inquestionavelmente a seriedade de um governo, que pretende apurar a verdade, sem baixos intuítos de vingança. Aos acusados não faltou o pleno direito de defesa, não um «direito» abstrato, mas a possibilidade concreta de demonstrar algumas partes dos próprios autos encaminhados pelas au-

toridades policiais. Os três acusados não puderam negar certas alegações da procuradoria mas, mediante a comprovada alegação de que seus depoimentos foram extorquidos sob violências, obtiveram a nulidade dessa parte dos autos, procedendo-se à consequente punição dos culpados espancadores que, também eles, estarão dentro em pouco no banco dos réus.

A sentença final — reconhecidamente moderada — levou em conta as atenuantes invocadas pelos acusados: sua juventude e as das condições vigorantes no período de sua adolescência, pontilhada de guerra, fornos crematórios, fome e apanhamento. Reconheceu-se, igualmente, que a atuação dos acusados não poderia ser desligada dos acontecimentos ocorridos durante a manifestação operária (embora não pudesse ser de todo identificada com ela) e que não caberia aplicar o «Pequeno Código Penal Provisório» relativo aos delitos ocorridos no período de reconstrução e, sim, o antigo código, de 1932, mais brando para o caso. Daí que a pena máxima decretada se limitasse a 4 anos e seis meses, sendo que a própria promotória não invocou um arago que permitisse condenações superiores a seis anos.

O julgamento franco e aberto dos principais culpados, no Tribunal de Poznan, não consultou um simples caso interno da república popular da Polónia. Tanto quanto isso, e uma prova irrefutável de que não há qualquer motivo para temer reações negativas da classe operária e dos homens de vanguarda, sempre que os comunistas sabem apresentar honradamente diante do povo seus próprios erros e tomar medidas práticas para corrigi-los. Se o conflito de Poznan revelou debilidades profundas, no Estado polonês e no seu partido dirigente, o julgamento que, três meses depois, se realiza naquela mesma cidade, demonstra a firme vontade de corrigir tais erros e, mais do que isso, ação concreta para corrigi-los. Nisso reside sua grande força, seu grau de persuasão, o respeito sincero que inunde a todas as pessoas honestas. Podemos confiar em que, no futuro, não haverá necessidade de novas reabilitações porque, agora, sobre a necessidade de punir, pairou, austero, o dever humano de esclarecer para julgar.

Restrições Draconianas à Liberdade No Projeto de Lei Contra a Imprensa

Semana Política

Nas últimas semanas o sr. Juscelino Kubitschek tem feito pronunciamentos políticos que merecem atenção e, muitas vezes, aplausos. Um desses foi o discurso pronunciado na inauguração das instalações da "Mercedes Benz", em São Bernardo do Campo, que já comentamos em VOZ OPERÁRIA. Outro foi o discurso, desta semana, na Foz do Iguaçu, no encontro com o presidente do Paraguai.

Há um trecho deste discurso que achamos necessário transcrever: "Sabemos — disse o sr. Kubitschek — que não há mais nações irremediavelmente pobres e sim apenas nações que não encontraram ainda o caminho para a conquista de sua prosperidade... O que importa, para que as dificuldades consideradas mais terríveis sejam vencidas, é que haja a consciência de que o mundo mudou e de que não há mais países condenados à pobreza, nem outros predestinados a usufruírem de prosperidade exclusiva, privada, solitária".

São justas estas palavras do Presidente da República. O mundo, em nossos dias, mudou e, na realidade, os povos dos países chamados subdesenvolvidos já não estão fatalmente condenados à miséria e ao atraso se procuram realmente o caminho da independência e do progresso; já não estão sujeitos, para a aquisição de máquinas e obtenção de recursos para o seu progresso econômico a se submeterem a esta ou aquela potência imperialista. Hoje existe, ao lado do sistema capitalista, o sistema socialista, abrindo a todos os povos que desejem seguir um caminho independente a possibilidade de obterem o que necessitam para o seu desenvolvimento onde haja as maiores vantagens e sem a necessidade de se submeterem a condições leoninas e atentatórias à soberania nacional.

Não resta dúvida que, nessas novas condições do mundo, as relações entre os diversos países do continente deve caracterizar-se, como diz o sr. Kubitschek, pela "objetividade em nossa maneira de agir" com a "noção realista dos nossos interesses porque isto importa na proteção e no respeito pelos nossos povos".

Não se pode deixar de dar aprovação à orientação geral traçada pelo sr. Kubitschek em seu discurso. Mas o necessário é transformar estas palavras numa orientação clara e positiva de governo através de medidas de política internacional que levem realmente em conta que há uma profunda modificação nas condições do mundo atual e que essas modificações, favoráveis ao progresso e à independência dos povos, reclamam, imediatamente que o Brasil deixe de ser uma "esfera de influência dos Estados Unidos" e se transforme num país realmente independente. Num país que, derrubando odiosas discriminações, possa beneficiar-se da cooperação econômica com todos os povos do mundo, à base da reciprocidade de benefícios e do respeito mútuo à soberania e aos interesses nacionais.

O TEXTO NÃO CORRESPONDE AS DECLARAÇÕES DO SR. KUBITSCHKE SOBRE SUA INTENÇÃO DE ASSEGURAR A LIVRE MANIFESTAÇÃO DO PENSAMENTO — NECESSÁRIA A MAIS AMPLA UNIÃO NA LUTA PARA IMPEDIR O SUFOCAMENTO DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Na mensagem que acompanha o projeto de lei de imprensa, esta semana entregue ao Congresso, afirma o sr. Juscelino Kubitschek que «nunca esteve nas cogitações do governo, em qualquer momento ou em qualquer fase de preparação deste projeto, o empenho ou o propósito de cercar, de amordacar, de descaracterizar a liberdade de imprensa, muito menos tolher o seu exercício pelo sofisma ou pela violência». Se este não é, porém, ou nunca foi o propósito do governo, outro teria necessariamente de ser o projeto apresentado à Câmara, e não este código de repressão draconiana que restringe ao máximo a denúncia a livre crítica e o livre debate das idéias através da palavra escrita ou rádio-difundida.

RESTRICÇÕES ABSURDAS

De fato, embora o Artigo 1º do projeto governamental seja uma simples transcrição do dispositivo constitucional: — «É livre a manifestação do pensamento, sem que dependa de censura... respondendo cada um pelos abusos que cometer» — são tais e tamanhos os tipos de «abusos» catalogados, que nenhum jornal ou emissora escapará à possibilidade de arbitrios e desmandos das autoridades interessadas em cometê-los.

Desde a enumeração dos assuntos que a imprensa pode divulgar «livremente» começam, na verdade, as restrições mais absurdas. Assim, os jornais poderão publicar «livremente» as crônicas e debates parlamentares, mas «desde que não contenham insulto pessoal». Por exem-

plo, se Chateaubriand se revela, como o faz sempre que abre a boca no Senado, um negociante e agente dos trustes, não se poderia mostrar que se trata de um negociante e conhecido entreguista. Lacerda, o conhecido mistificador golpista, poderia desatar, na Câmara, sua enxurrada de calúnias e provocações, sem que a imprensa pudesse chamá-lo de provocador e caluniador contumaz.

REPRESSÃO AO DIREITO DE CRÍTICA

O projeto declara, também, que é permitida a crítica, mesmo veemente, mas «desde que se limite aos legítimos termos, pela necessidade da narrativa, excluído o ânimo de ofensa à honra». Mas, como este ânimo é absolutamente subjetivo, ficará inteiramente a critério da autoridade (no caso judiciária) decidir, de acordo com suas inclinações e conveniências, se existe ou não existe propósito deliberado de atingir a honra... muitas vezes de quem não a possui. A discussão e a crítica de atos governamentais e judiciários são permitidas... mas desde que as autoridades não considerem que elas descem a «insultos pessoais».

PALAVRAS SÃO CONSIDERADAS «ATOS SUBVERSIVOS»

Muito mais sérios, porém, são os dispositivos contra o que o projeto chama de «atos subversivos através da palavra escrita e falada». Já o fato de se considerar qualquer aspecto da livre manifestação do pensamento um

«ato subversivo» constitui uma restrição inadmissível à liberdade de opinião. Entre a palavra e o ato há uma grande distância. Jamais se pode admitir em regime democrático e em período de normalidade política a palavra escrita como «ato subversivo». Admiti-lo, é reconhecer, apenas, o direito de defesa das idéias dominantes e impedir a manifestação das novas idéias, que as contrariam.

O QUE É «SUBVERSIVO»

Mas o projeto de lei de imprensa se esmera, neste particular, em atingir, com o rótulo «subversivo» a tudo o que possa contrariar os interesses dominantes na máquina do Estado, em determinado momento. É considerado subversivo:

— Fazer «campanha de descrédito contra os poderes da União» mediante «divulgação reiterada» de notícias, que esses mesmos poderes venham a considerar «falsas ou tendenciosas», ou «afrontosas e deprimentes». (Assim, quando muitos jornais denunciaram os planos golpistas do governo Café Filho, se houvesse a lei de imprensa que se pretende, teriam sido eles fechados e seus responsáveis metidos na cadeia).

— publicar notícias, que as autoridades julguem «falsas» ou divulgar fatos verdadeiros, que essas mesmas autoridades julgam «truncados» e capazes de «provocar alarma social ou perturbação da ordem pública». (Exemplo: quando se denunciou que Juarez, Pena Bôto, Amorim do Vale, etc. conspiravam em novembro do ano passado, todas essas notícias, que não poderiam ser muito detalhadas, pois ninguém conspira em público, estariam sob a fêrule do atual projeto de lei de imprensa).

Esses supostos «crimes» contra a «ordem política e social» serão punidos, não somente de acordo com o projeto atual de lei de imprensa, mas ainda de acordo com a famigerada lei de segurança do Estado.

IMPOSSÍVEL A DENÚNCIA POLÍTICA

Também, segundo o projeto, os jornais não podem levar avante nenhuma campanha de denúncia política, de escândalos administrativos, etc. Desde que publicada a primeira nota ou notícia, é suficiente que a publicação seja denunciada, pelos interessados, como «caluniosa» para que o jornal fique proibido de tratar novamente do assunto. Se o fizer, o juiz poderá suspendê-lo por trinta dias, com penas agravadas em caso de resistência.

UM DEBATE QUE REFLITA AS NECESSIDADES ATUAIS

Por motivos supervenientes suspendemos o debate, iniciado em nosso último número, sobre os problemas suscitados, em nosso país, pelo XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética. As várias cartas e artigos que recebemos sobre o assunto — esperamos — deverão ser, ainda, publicados.

LACERDA VEM INTENSIFICAR A CONSPIRAÇÃO GOLPISTA

QUEM acompanhou, nas últimas semanas, a atividade conspirativa e provocadora nos arraiais do golpismo vê, claramente, que o regresso do sr. Carlos Lacerda deverá marcar o início de nova etapa na agitação golpista. A reforma (a pedido) do general Juarez Távora, que o deixou de mãos livres para conspirar, as provocações da «Tribuna da Imprensa» e de «Maquis» (às quais o governo respondeu com a violência policial, preferindo um caminho que, afinal, veio trazer água ao moinho do golpe) contra chefes militares, a agitação em torno do julgamento dos acusados de Toneleros, o suspeito movimento pela «libertação de JK» e os discursos de alguns porta-vozes udenistas na Câmara, a respeito do processo contra o deputado Aloisio Alves, conduziram à criação de um clima propício à «reentrância» do sr. Lacerda, abertamente apresentado por seus amigos e cúmplices como «combatente dos grandes momentos» e a quem o Clube da Lanterna e os chefes golpistas preparam uma, acalorada e barulhenta recepção, marcada pelos discursos e falxas com palavras de

ordem abertamente provocativas.

Não se poderia exagerar a significação de tudo isso ou superestimar as possibilidades dessa minoria desesperada. Nem se poderia subestimá-las ou adotar a atitude do avestruz, que esconde a cabeça debaixo da asa à aproximação do temporal. Na verdade, a agitação e a conspiração golpistas constituem grave ameaça à democracia e às recentes conquistas populares no terreno da defesa da soberania nacional. Os fatos aí estão, à vista de todos, e os fatos que estão à vista dão bem a mostra do que estará ocorrendo nos bastidores do golpismo.

Não se pode ter dúvidas quanto ao que vem fazer o sr. Carlos Lacerda. Seu manifesto deixa-o bem claro: vem conspirar, preparar o golpe, pregar, com a virulência que se lhe conhece e com os argumentos demagógicos que ainda encontram guarida em certos setores, a subversão da ordem constitucional e a derubada do governo, que pretende substituir por uma ditadura terrorista. Vem tentar a repetição do esquema de 24 de agosto. Não por acaso che-

gou no momento em que estava sendo julgado Gregório Fortunato (deveria ter chegado na vespera), cujo julgamento pretendia aproveitar com fins de agitação, embora a condenação a penas máximas dos acusados de Toneleros tenha pôsto por terra um dos principais argumentos golpistas — de que somente o golpe garantiria a punição dos que cometeram aquele crime. O manifesto do sr. Carlos Lacerda, os pronunciamentos mais recentes de seus apanguidos e o caráter provocativo de sua «reentrância» não podem ser considerados como obra do acaso ou meras opiniões reacionárias. Eles refletem uma linha de ação, que não se pode, sem graves riscos, subestimar.

Mas, deve-se considerar que são imensamente mais poderosas as posições das forças democráticas e que estas forças, se souberem reforçar e ampliar sua unidade, poderão derrotar os inimigos da nação, como já os derrotaram em novembro de 1955. Evidentemente, ao enviar ao Congresso um projeto de lei de arrôcho contra a imprensa, o governo, a pretêxto de armar-se contra a

subversão golpista, enveredava por um caminho que poderá ser desastroso para a democracia. Por este caminho o governo poderá levar a Constituição ao naufrágio e naufragar com ela. A experiência das lutas democráticas — particularmente a experiência das jornadas de outubro e novembro de 1955 — demonstra que somente a unidade de todas as forças que desejam a democracia e a independência nacional pode levar à vitória essas lutas. É disso que se trata.

É certo, no entanto, que, se o denominador comum para essa ampla unidade é a defesa da democracia, da independência e do progresso nacional, ela só poderá fortalecer-se em torno desse denominador comum. Trata-se, pois, de prosseguir no caminho iniciado, de avançar no sentido da democracia, de dar passos concretos no sentido da salvaguarda da independência e do progresso da nação. Esse é o caminho para ampliar e reforçar a unidade de todos os democratas e patriotas, de dentro e de fora do governo, para enfrentar e derrotar a conspiração golpista.

AOS LEITORES DA VOZ OPERÁRIA

Algumas das matérias últimamente publicadas pela VOZ OPERÁRIA têm sido motivo de discussões e debates, havendo muitas opiniões favoráveis, mas outras também divergentes. Empenhados em aproximar cada vez mais o jornal dos seus leitores, de obter, através deles, a opinião e o julgamento dos trabalhadores e dos setores democráticos e patrióticos, gostaríamos de receber as opiniões críticas de todos os que as tenham sobre os diversos assuntos que tratamos. Creemos que somente assim a VOZ OPERÁRIA poderá colocar-se, imediatamente à altura das necessidades do movimento operário e patriótico, aproximar-se cada vez mais concretamente da realidade brasileira, corrigir julgamentos e posições determinadas por uma apreciação unilateral e subjetiva dos fatos e acontecimentos. Somente assim a VOZ OPERÁRIA poderá contribuir, como deseja, para a criação de um clima sadio de debate responsável, o único que permite um conhecimento cada vez mais exato e seguro dos problemas que todos enfrentamos.

AMPLO E LIVRE DEBATE NO PARTIDO COMUNISTA ITALIANO

ABREM SUAS PÁGINAS À DISCUSSÃO TODOS OS JORNAIS E REVISTAS DO PARTIDO — OS TEMAS DECORRENTES DO XX CONGRESSO DO PCUS DEBATIDOS DEMOCRATICAMENTE EM TÓDAS AS ORGANIZAÇÕES PARTIDÁRIAS — A RESPONSABILIDADE DOS DIRIGENTES SOVIÉTICOS PELAS CONSEQUÊNCIAS DO CULTO À PERSONALIDADE

As organizações e os militantes do Partido Comunista Italiano empenham-se, atualmente, em um grande debate democrático. Por iniciativa das próprias organizações de base, a discussão teve início em todos os escalões do Partido logo após o XX Congresso do PCUS, tendo como centro os temas do Congresso e, particularmente, a denúncia do culto à personalidade de Stalin e os erros dele decorrentes. A discussão já se desenvolve há três meses quando se reuniu o Comitê Central do Partido (mês de junho) tendo o seu secretário-geral, Palmiro Togliatti, apresentando um informe com o fim de sistematizar os debates, de modo a torná-los mais produtivos, tendo em vista a realização, no mês de outubro, do VIII Congresso do PCI (N. da R. — O informe de Togliatti foi publicado pela VOZ OPERÁRIA, edições de 15 e 22 de setembro, sob o título: «A luta pelo caminho italiano para o socialismo»). Nessa mesma reunião do CC foi eleita uma comissão encarregada de elaborar as teses para o VIII Congresso, já entregue à discussão de todo o Partido.

DISCUSSÃO AMPLA E LIVRE

O debate vem se travando em todas as organizações do Partido assim como em sua imprensa nacional, regional e local. «L. Unità» dedica duas páginas por semana à publica-

ção de cartas e artigos dos militantes e dirigentes comunistas. As revistas do Comitê Central «Rinascita» e «Quaderno dell'Attivista» abrem suas páginas à discussão. Livre e democraticamente, os militantes opinam sobre todos os problemas concernentes à política e à organização dos comunistas italianos, bem como sobre os problemas ideológicos e de princípio.

O DEBATE NA IMPRENSA

Alado dos militantes das organizações de base, escrevem nos jornais e revistas os dirigentes provinciais e nacionais do Partido, expondo suas opiniões sobre as várias questões em debate. A revista «Quaderno dell'Attivista» resolveu ampliar o número de suas páginas, a fim de permitir ao maior número de pessoas publicar artigos e cartas. A revista, que está publicando suplementos especiais dedicados ao debate, lançou uma campanha extraordinária de finanças — que está obtendo pleno êxito — para fazer face ao aumento das tiragens e do número de páginas. O último número de «Quaderno dell'Attivista» publica doze artigos sobre os temas em debate e o seu suplemento especial vinte e dois artigos além de um editorial assinado por Giancarlo Pajetta sobre «a unidade operária e democrática».

ALGUMAS OPINIÕES

Trem sido publicadas as opiniões de numerosos dirigentes do Partido, como Scoccimarro, G. Pajetta, Terracini, Onofri, Sechia e outros. Em seu artigo, Onofri analisa detidamente certos erros políticos do Partido, assinalando suas consequências para a atividade prática deste. «É preciso — insiste — analisar de uma maneira marxista e relação entre os fenômenos de burocratização e os erros políticos que são a origem daqueles fenômenos».

Terracini escreve sobre problemas decorrentes das denúncias formuladas no chamado relatório secreto de Kruchiov sobre o culto a Stalin. «Por que tais fatos se verificaram? — pergunta, acrescentando: — A esta questão nós devemos responder claramente. Não somos deterministas no que concerne à história, mas atribuímos a responsabilidade dos fatos à vontade dos homens e à sua escolha. Pois bem, devemos dizer que a escolha que os camaradas soviéticos julgaram melhor não se revelou tal e devemos assinalar sua responsabilidade nisso. Somente assim poderemos melhor explicar que estes fatos são consequência não do sistema soviético, mas da escolha feita pelos homens que

o dirigem». Pajetta critica as manifestações de burocratismo, exemplificando com o que ocorreu em relação às listas de candidatos nas últimas eleições. As listas foram organizadas de cima, sem que se levassem na devida conta as opiniões dos militantes e organizações de

base e a própria opinião da massa na sua composição. Houve um grande número de funcionários das organizações provinciais e centrais incluído nas listas, em detrimento de pessoas mais ligadas às massas. Além disso, foram indicados de cima os que deveriam receber votação preferencial.

«Tudo isso é expressão de erros orgânicos, de inércia, de falta de vivacidade em nosso trabalho».

Os debates, livres e democráticos, empolgam os militantes do Partido Comunista Italiano, reforçam sua unidade e impulsionam sua atividade política.

TOMAM POSIÇÃO OS SINDICATOS CONTRA A LIBERAÇÃO DOS ALUGUÉIS

Está na Câmara um projeto de prorrogação da lei do inquilinato; há outros projetos tentando modificá-la no sentido de autorizar os proprietários de imóveis a majorar, indiscriminadamente, os preços dos aluguéis.

Não é necessário insistir na grave ameaça que a não prorrogação da lei atual ou as modificações que nela se pretendem introduzir fazem pesar sobre milhões de inquilinos em todo o país e, muito particularmente, sobre as populações das grandes cidades. Todo mundo sabe que, apesar do congelamento oficial dos aluguéis, a maioria dos inquilinos já pagam, por uma moradia, percentagens que ascendem a mais de 50 por cento dos salários e vencimentos. Para a classe operária, assim como para a grande massa de comerciários, de pequenos e médios funcionários, qualquer elevação dos aluguéis será particularmente desastrosa. É evidente que liberados, os aluguéis iriam pesar ainda mais rudemente sobre os poucos orçamentos dessas amplas camadas da população.

ATIVIDADE DOS SINDICATOS

Conscientes desta ameaça, os sindicatos

cariocas, representados na Comissão Coordenadora Sindical do Programa de Ação, juntamente com a Comissão Contra a Carestia, resolveu realizar uma concentração popular contra a liberação dos aluguéis, nas escadarias da Câmara Federal. Durante a concentração, que teve lugar esta semana, foi entregue um memorial aos deputados solicitando a prorrogação, sem modificações, da lei do inquilinato.

Por seu turno, a Comissão Permanente contra a Carestia decidiu promover a realização de comícios nos bairros cariocas contra qualquer elevação dos aluguéis e a tentativa de majoração dos preços dos ônibus.

Essas iniciativas são todas elas justas e necessárias. Não deixarão, certamente, de ser seguidas de outras mais, tanto no Rio como nos Estados. Há um número considerável de deputados que se inclinam à pressão dos proprietários de imóveis para a liberação dos aluguéis. Para afastar esta ameaça, são necessários a mobilização e o protesto de todos os inquilinos.

viou à Comissão Central 22 por cento de sua quota.

— 0 —

OS CATARINENSES desenvolvem esforços para lançar, naquele Estado, o jornal popular «Unidade». Sua quota para com a Comissão Central — 20 mil cruzeiros, — já foi coberta.

— 0 —

A redação da «Imprensa Popular», que agora já compreende todo o 22º andar do número 21 da Rua Alvaro Alvim, terá um amplo auditório para conferências, solenidades, festas e «shows». O projeto das novas modificações na redação foi feito pelo arquiteto Oscar Niemeyer, Cândido Portinari concluirá um mural sobre as lutas de imprensa do povo.

— 0 —

NO ESTADO DO RIO a Campanha intensifica-se, sob o estímulo da emulação entre cidades. A Comissão de Niterói realizará uma grande festa popular esportiva no próximo dia 21, na praia de Charitas (Saco de São Francisco).

— 0 —

O CONCURSO para eleição da «Rainha da Imprensa Popular» está alcançando considerável repercussão nos bairros cariocas, onde as candidatas (mais de vinte) estão fundando clubes de apoio às suas candidaturas. Após a sétima apuração, a colocação é a seguinte: Maria Teresa, 16.718 votos; Maria Amélia, 10.980; Janeite Masqueira, 10.665; Lezir Souza, 8.065; Elsa Lyris, 5.565; Lucy Cavadas, 4.855, etc.

20 MILHÕES

Para os Jornais do Povo

FALTAM poucas semanas para o término do prazo em que deverá findar-se a Campanha dos 20 milhões. Intensificar os esforços para alcançar, nestes dias que nos restam, as cotas previstas, é uma questão decisiva, que deve ser tomada em conta — em todas as suas consequências — pelos nossos amigos e ajudistas.

É sabido que os jornais populares não contam, atualmente, com os meios materiais e técnicos indispensáveis. Mudar, para melhor, a atual base material da imprensa popular é, pois, imprescindível a que ela possa apresentar modificações e melhorias, sob todos os aspectos. Seria, porém, encerrar as coisas de modo unilateral, considerar que esse é todo o problema, que, resolvendo-se as dificuldades materiais e técnicas dos jornais populares, tudo estaria resolvido.

A realidade é que, por mais importante que seja esse aspecto do problema, ele é apenas um aspecto e sua solução só terá, efetivamente, eficiência, se estiver estreitamente ligada à solução dos demais, relacionados com o conteúdo, com a orientação mesma dos nossos jornais. São dois lados de um mesmo problema.

Não se pode fazer bom jornal sem uma base material e técnica sólida. Nem se poderá fazê-lo, também, se não se define uma orientação clara, voltada para as massas, para todos os setores da nação que desejam a independência e o progresso da pátria, a salvaguarda da democracia.

O debate da questão de como fazer grandes jornais de massas — que parte de uma outra: para quem, para defender o que, precisamente, devemos fazer jornais — não pode separar-se da Campanha. Está ligado ao próprio êxito da jornada pelos 20 milhões para o reequipamento material dos jornais democráticos. Trata-se, pois, de enfrentar esse debate, de discutir com os amigos da imprensa popular, de ouvir os leitores, de com eles realizar mesas-redondas e encontros diversos, de conhecer suas opiniões e exigências. Eles, os leitores — os amplos setores do povo, todos os democratas e patriotas — devem ser os donos dos nossos jornais, que existem para servi-los. Em suas mãos devemos colocar, com coragem, com espírito crítico e auto-crítico, a sorte da Campanha dos 20 Milhões, sabendo colocar-nos resolutamente à sua frente, para levar a Campanha à vitória.

NOTICIÁRIO DA CAMPANHA

— 0 —

O ACONTECIMENTO mais importante da Campanha é a compra, nesta quinzena, da nova rotativa. Este fato está despertando um novo entusiasmo entre os ativistas e estimulando-os a intensificar o trabalho, cobrar e superar as quotas.

— 0 —

AS COMISSÕES cariocas mais destacadas são as se-

quintes: Espartaco, 100%; Leonidas Resende, 100%; Setembrinos, 75%; Henrique Dias, 74%; Zélia Magalhães, 71,3%; Floriano Peinoto, 67,9%; Angelim e Visconde de Cayru, 60,1%.
Caires, 85,7%; André Rebouças, 78,6%; Primeiro de Março, 73% e Vinte e um de Abril, 72,6%.

— 0 —

NO ESPIRITO SANTO, já foram arrecadados Cr\$ 209.686,00, 41,9% da quota total de Cr\$ 500.000,00. No Pará, as comissões já levantaram mais de 15 mil cruzeiros e no Amazonas, mais de dez mil. O Maranhão já en-

— 0 —

ENTRE OS CLUBES do Distrito Federal, sobressaem: Vinte de Janeiro, 127% Felipe Camarão, 117,1%; Maria da Graça, 97,3%; Osmã de Oliveira, 87,6%; Aristides

AUMENTO DE 100 POR CENTO NAS TROCAS COMERCIAIS ENTRE O BRASIL E O MUNDO SOCIALISTA

O comércio dos países latino-americanos com o mercado socialista atingiu, em 1955, o valor de 340 milhões de dólares, isto é, 34% a mais do que no ano anterior (1954).

Este dado é apresentado num relatório dos administradores da «Lei Battles» (Lei do Congresso norte-americano que pretende impedir o desenvolvimento das trocas comerciais com os países socialistas, particularmente com a União Soviética e a China).

Dentre os países latino-americanos os que apresentaram maior crescimento das trocas comerciais com os mercados socialistas figuram, nos primeiros lugares, a Argentina e o Brasil. O comércio dos países socialistas com a Argentina atingiu, no ano passado, a 193 milhões de dólares; o do Brasil com o mundo socialista elevou-se 85 milhões de dólares, o que representa um aumento de 42 milhões (portanto, de quase 100 por cento) em relação a 1954.

No conjunto, as exportações latino-americanas para os mercados socialistas elevaram-se, em 1955, a 169 milhões de dólares, representando um aumento de 20% em relação ao ano anterior. As importações de mercadorias dos países socialistas pela América Latina foram do valor de 171 milhões de dólares, representando um incremento de 53% em relação a 1954.

Os países latino-americanos venderam, particularmente, seus tradicionais produtos de exportação (café, açúcar, carnes, etc.); e compraram, sobretudo, equipamentos e matérias primas industriais.

O comércio dos países socialistas com a Argentina já adquiriu um nível ponderável. Representou, em 1955, nove por cento de todas as trocas internacionais daquele país vizinho. Já no conjunto das trocas comerciais do Brasil representou, apenas, 1,3 por cento.

Isto é uma imposição das próprias necessidades internas dos países latino-americanos que precisam, urgentemente, assegurar preços compensadores para os seus produtos, através da ampliação dos mercados, e adquirir, em condições normais de concorrência internacional, maquinaria e produtos essenciais a seu desenvolvimento econômico.

Problemas da Construção Socialista na China

III

A EDIFICAÇÃO DO SOCIALISMO

A MARCHA DA REALIZAÇÃO DO I PLANO QUINQUENAL E O PREPARO DO II PLANO QUINQUENAL

O I Plano Quinquenal de Desenvolvimento da Economia Nacional em nosso país está sendo realizado há três anos, oito meses e meio. No ano próximo nosso país concluirá a realização do I Plano Quinquenal e será então elaborado o II Plano Quinquenal para 1958-1962. Atualmente as tarefas centrais de nosso Partido e de todo o povo são a luta pela superação do I Plano Quinquenal e uma ativa preparação para o II Plano Quinquenal.

No decurso da realização do I Plano Quinquenal alcançaram-se imensos êxitos, que até mesmo nossos inimigos não podem negar.

Desenvolvemos amplamente a construção de obras básicas na indústria. Durante os últimos anos ampliamos a base da siderurgia no nordeste, iniciamos a construção de duas novas bases siderúrgicas na Mongólia Interior e na China Central, iniciamos a construção de várias estações elétricas novas e a ampliação de velhas estações elétricas, de minas de carvão, de explorações de petróleo, empresa da metalurgia não ferrosa, de minas de metais não ferrosos, da indústria química e da indústria de materiais de construção e também várias usinas e empresas de fabricação de máquinas na indústria leve. Pelo I Plano Quinquenal prevê-se a construção de 694 empresas industriais, entre as quais 455 serão terminadas. O número real de empresas em construção chega aproximadamente a 800, enquanto que o número das que podem ser terminadas aproxima-se de 500. Da soma geral de dotações destinadas à construção de obras básicas, em 5 anos, equivalente a 42 bilhões e 7 milhões de luans, durante os primeiros 3 anos e segundo o plano relativo ao ano corrente já se utilizaram 35 bilhões e 500 milhões de luans, isto é, 83% do plano.

O I Plano Quinquenal estabelece que o aumento da produção total durante o quinquênio é de 90,3%, cifra que será ultrapassada. Os índices de produção total na indústria previstos pelo Plano no ano corrente já chegaram aos índices planejados para 1957. O volume de produção de aço, de laminados de aço, de tórno para cortar metais, de cimento, de capotas para automóvel, de tecidos de algodão, de fio de algodão, de papel, etc. previsto pelo Plano do corrente ano supera os índices planejados para 1957. Gracias ao desenvolvimento da indústria pesada já se acha hoje iniciada em nosso país a produção de caminhões, de aviões a jato, de geradores com uma potência de 6.000 a 12.000 kilowatts, etc. Em fins de 1957 nosso país deverá atender por seus próprios recursos a cerca de 60% das necessidades da edificação econômica no que diz respeito à máquinas e equipamentos.

O AVANÇO DA AGRICULTURA

A agricultura em nosso país também poderá superar no I Plano Quinquenal tanto quanto à produção global como quanto aos tipos fundamentais de culturas cerealíferas e industriais. Prevê-se pelo Plano que a produção total da agricultura e de suas indústrias auxiliares aumentará em 1957 23,3% em relação a 1952. Em consequência das sérias calamidades naturais verificadas em 1953-54, o aumento da produção global foi muito pequeno, mais em 1955, esse aumento foi de 14,8%. Embora neste ano tenha havido em nosso país novas inundações bastantes sérias, seca e tufões, mas não obstante à base do cooperativismo na agricultura a colheita de cereais poderá alcançar o nível planejado para 1957.

Durante os últimos três anos realizaram-se em nosso país várias obras de irrigação na bacia do rio Huaiheh no curso médio do Iang Tse e em muitos outros rios. Iniciou-se a realização de vários trabalhos preparativos para a construção de uma represa na garganta do rio Huaiheh no distrito de Sangmingsi. Além disso, em muitas regiões rurais também se realizaram grande quantidade de obra de irrigação.

Neste ano os transportes superaram o plano de construção de mais de 4.000 quilômetros de novas ferrovias, previstos pelo I Plano Quinquenal. É possível que neste mesmo ano se faça também superado o Plano de Construção de dezenas de milhares de quilômetros de rodovias-tronco.

Desenvolveram-se rapidamente também o comércio externo e interno, a cultura, a educação e a saúde pública.

Demos os primeiros passos para melhorar a vida dos operários e dos empregados. Espera-se que no corrente ano o salário médio dos operários e empregados em todo o país aumentará 33,5% em comparação com 1952. As despesas com a segurança do trabalho, assistência médica, educação, cultura e melhoria das condições materiais de vida dos operários, na realidade pagas anualmente pelo Estado e pelas empresas, representam cerca de 13% do fundo anual dos salários e em 4 anos chegam aproximadamente a 4 bilhões e 400 milhões de luans. A área geral das residências coletivas destinadas aos operários e empregados e construídas pelo Estado durante os últimos 3 anos e aquelas que serão construídas segundo o Plano relativo ao corrente ano, ocuparão mais de 50 milhões de metros quadrados.

É preciso assinalar que, em consequência das circunstâncias objetivas, é possível que não sejam atingidos certos índices do I Plano Quinquenal como, por exemplo, quanto à produção de petróleo bruto, óleo vegetal, comestível e cigarro. No entanto, poderemos de um modo geral superar o I Plano Quinquenal.

Embora haja possibilidade de superar o I Plano Quinquenal quanto à soma total das dotações e quanto às obras básicas, devemos no entanto em parte das obras mais importantes concentrar de maneira adequada os necessários recursos financeiros e materiais e fazer o máximo de esforços para realizar as obras estabelecidas. Quanto a outras obras que ultrapassam os limites estabelecidos é também necessário conseguir a realização, plena dos planos estabelecidos.

Embora os diferentes setores da indústria pesada já te-

nham superado o programa de produção, para garantirmos a possibilidade da realização mais completa do plano de obras básicas devemos, porém, empregar esforços para produzir em quantidade ainda maior metais ferrosos, máquinas, equipamentos e materiais de construção, sendo necessário aumentar de maneira correspondente a produção de carvão, energia elétrica, petróleo, metais não ferrosos e produtos químicos. A par disso é necessário ampliar e resolver de maneira adequada o problema dos transportes e das obras públicas urbanas.

É necessário fazer grandes esforços no domínio da agricultura. Faz-se mister aumentar a produção de cereais e de algodão. Os órgãos do comércio agrícola devem tomar medidas eficazes que contribuam para o rápido aumento da produção de plantas produtoras de óleo, para o aumento do número de cabeças de suínos e das demais espécies de gados, e para aumentar a produção de certos tipos de artigos dos ofícios auxiliares porque durante alguns anos passados os ritmos de seu crescimento foram elevados, mas em certos casos até mesmo se retardaram.

Após havermos cumprido o primeiro Plano Quinquenal prosseguiremos imediatamente à realização do II Plano Quinquenal. Por isso, devemos no atual Congresso analisar e aprovar as propostas apresentadas pelo nosso Partido para o II Plano Quinquenal. Em nome do C. C., o camarada Chu En-lai fará um informe especial sobre essas propostas.

OBJETIVOS FUNDAMENTAIS DO PLANO

Quais são os objetivos fundamentais do II Plano Quinquenal?

O C. C. do Partido considera que para atender às necessidades da reprodução socialista ampliada em nosso país, para realizar as tarefas relativas à industrialização socialista, para reforçar a cooperação internacional entre os países do campo do socialismo e para contribuir para o progresso geral da economia nos países do socialismo, devemos, tendo em conta a grande população e os ricos recursos naturais de nosso país, criar no fundamental durante três quinquênios um sistema industrial completo. Partindo dessa consideração, as finalidades básicas do II Plano quinquenal devem ser, em poucas palavras: 1) levar adiante a edificação industrial com base na indústria pesada, fazer avançar a reconstrução técnica da economia nacional e criar uma sólida base para a edificação socialista em nosso país; 2) concluir de maneira consequente as transformações socialistas; reforçar e ampliar a propriedade coletiva e a de todo o povo; 3) com base na edificação socialista e nas transformações socialistas, fomentar a produção industrial, agrícola e artesanal, desenvolvendo de maneira correspondente os transportes e o comércio; 4) para garantir o desenvolvimento da economia e da cultura socialistas, preparar amplamente quadros de construtores, e melhorar o trabalho de pesquisa científica; 5) com base no desenvolvimento da produção industrial e agrícola reforçar o poderio defensivo do país, garantindo a elevação do nível material e cultural de vida do povo.

No I Plano Quinquenal em geral ainda não poderemos produzir máquinas e mecanismos pesados e de precisão, e em consequência disso não estamos em condições de aparelhar nossas principais obras com o equipamento básico com nosso próprios recursos. O laminado de aço preparado em nosso país ainda não pode satisfazer às necessidades tanto no sentido quantitativo como no da variedade; ainda não podemos fabricar muitas marcas de aços essenciais, a siderurgia ainda fornece muitos poucos tipos de artigos, nossa indústria rádio-técnica é ainda muito débil, e quase não há indústria química de síntese e orgânica. No II Plano Quinquenal devemos acelerar a criação e o desenvolvimento daqueles setores acima mencionados que não existem de forma alguma em nosso país ou são muito débeis; devemos conseguir que em 1962 possamos atender a cerca de 70% das necessidades da edificação econômica quanto à máquinas e equipamentos, inclusive certa parte de máquinas e mecanismos pesados e de precisão. Na indústria combustível a extração de petróleo está muito atrasada em relação às necessidades e em consequência disso é necessário que melhoremos gradativamente, a situação vigente neste domínio.

Para alcançarmos o objetivo acima mencionado durante o II Plano Quinquenal devemos ampliar os trabalhos de prospecção geológica para descobirmos jazidas minerais ainda mais úteis tanto quanto à espécie quanto à quantidade, e realizar obras básicas em escala ainda maior. O total das dotações destinadas às obras básicas aumentará cerca de duas vezes durante o II Plano Quinquenal em relação ao primeiro.

A par da construção de bases siderúrgicas do nordeste, na China central e na Mongólia interior serão levantadas novas bases industriais na região adjacente à garganta do Sangmingsi, na região das províncias de Guansu e Tsinhai na região do Singtsian e na China sudoeste. Após concluirmos o Plano de obras básicas no II Quinquênio, muitas usinas metalúrgicas e de fabricação de máquinas, estações elétricas, minas de carvão, empresas de refinação do petróleo, usinas químicas e usinas para a produção de materiais de construção em todo o país, serão equipadas com maquinaria moderna e avançada.

O AUMENTO DA PRODUÇÃO

É necessário aumentar consideravelmente o nível da produção em todos os setores da indústria pesada. Em 1962 será necessário aumentar a produção de aço para 10,5 a 12 milhões de toneladas contra 4 milhões e 12 mil de toneladas previstas pelo Plano para 1957; na extração de carvão para 190 a 210 milhões de toneladas contra 113 milhões de toneladas, e a produção de energia elétrica para 40 a 43 bilhões de quilowatts hora contra 15 bilhões e 900 milhões de quilowatts hora.

É necessário também desenvolver em ritmos relativamente rápidos a indústria leve.

Em 1962 será necessário aumentar, em comparação com o Plano inicial para 1957, a produção de fio de algodão de 5 milhões de fardos para 8 a 9 milhões de fardos; a produção de óleo vegetal comestível de 1 milhão e 79 mil toneladas para 3 milhões e 100 mil a 3 milhões e 200 mil toneladas; a produção de açúcar de 1 milhão e 100 mil toneladas para 2 milhões e 400 mil a 2 milhões e 500 mil toneladas; a produção de papel de 650 mil toneladas para 1,5 a 1,6 milhões de toneladas.

Partindo da orientação estabelecida no projeto «Teses bá-



LIU CHAO-CHI

sicas para o plano de desenvolvimento da agricultura na R. P. C. de 1956 a 1967, e para satisfazer às necessidades de toda a economia nacional no II Plano Quinquenal é necessário elevar a agricultura à nível mais alto. Em 1962, será necessário reunir cerca de 500 bilhões de tzins de cereais cerca de 48 milhões de danis de algodão e também necessário fazer todos os esforços para ultrapassar esses dois índices. É necessário aumentar o número de cabeças de suínos a cerca de 250 milhões. É necessário também desenvolver a produção de soja, de culturas oleaginosas, sacaríferas e outras culturas técnicas e também as indústrias subsidiárias.

É necessário continuar a desenvolver os transportes ferroviários, rodoviários, fluviais e marítimos e outros tipos de transportes e também os meios de comunicações. É necessário realizar gradativamente a reconstrução técnica das linhas de transporte e de comunicação existente, continuar a organizar racionalmente os transportes, e revelar plenamente as possibilidades potenciais existentes nos meios de comunicação. Atualmente, porém, em certos lugares os transportes ferroviários estão sobrecarregados; é necessário tomar medidas ativas para acabar com essa situação de coisas. No II Plano Quinquenal é necessário construir de 8 a 9 mil quilômetros de novas ferrovias, chegar a linha ferroviária Liang Tchjou - Singtsian até as fronteiras da União Soviética e ligar por meio de linhas troncos as províncias do noroeste e do sudoeste.

Para ampliar o sortimento de materiais e de equipamentos é necessário mobilizar plenamente nossas próprias forças técnicas, intensificar por todas as formas o trabalho de projeção, e pesquisas para fabricar novos artigos e organizar sua produção. Seria errado ignorar nossos próprios recursos técnicos e revelar passividade em sua utilização e preparo.

Segundo cálculos preliminares, é necessário aumentar a renda nacional em fins do II Plano Quinquenal em cerca de 50% em comparação com o final do I quinquênio. Além do aumento das acumulações estatais, a vida do povo melhorará de maneira correspondente. Durante cinco anos o número de operários e empregados aumentará em cerca de 6 a 7 milhões. O salário médio dos operários e empregados aumentará de 23 a 30%; as rendas dos camponeses em seu conjunto também aumentarão de 25 a 30%. Aumentará o suprimento de cereais, de tecidos de algodão e de outras importantíssimas mercadorias de consumo — gorduras, açúcar, querosene, carvão de pedra, etc..

Pelo resumo feito acima vê-se que as propostas feitas pelo Partido para o II Plano Quinquenal pressupõe um grande e rápido desenvolvimento da economia nacional de nosso país. A realização do II Plano Quinquenal baseado nessas propostas, prepara as condições necessárias para resolver no fundamental durante o III Plano Quinquenal, as principais tarefas do período de transição.

Os ritmos de desenvolvimento propostos pelo Comitê Central para o II quinquênio são progressivos e ao mesmo tempo firmes e realizáveis. Os ritmos de desenvolvimentos devem ser progressivos para não deixar passar o momento e não cair em erros conservadoristas; devem também ser firmes e realizáveis para não se afastarem das proporções justas no desenvolvimento da economia, para não criarem uma carga muito penosa para o povo ou quebrar a ligação mútua entre os setores para não impedirem a realização do plano e evitar os gastos inúteis, o que acarretaria erros aventureiros.

É perfeitamente evidente que o II Plano Quinquenal exigirá inversões de capitais maiores em comparação com o I Plano Quinquenal. Com o desenvolvimento de nossa economia nacional melhorou nossa situação financeira no país, no entanto, é necessário ter em vista que nossos recursos continuam a ser limitados e devemos aproveitá-los de maneira mais eficaz e econômica. Um dos meios importantes de aumentar os recursos para a construção é a redução das despesas militares e administrativas. Essa orientação foi estabelecida pelo C. C. do Partido já em 1950, mas em virtude da luta contra a agressão americana e pela ajuda à Coreia naquela ocasião não foi possível segui-la. Embora durante os últimos anos nosso país ve-

(CONTINUA NA 6ª PAGINA)

Problemas da Construção Socialista na China

(CONTINUAÇÃO DA 5ª PAGINA)

ha reduzindo consideravelmente as despesas militares e administrativas, pressupõe-se que no I Plano Quinquenal as despesas administrativas e as despesas com a defesa representarão 32% das despesas financeiras do Estado, enquanto que as despesas com obras de desenvolvimento da economia e da cultura representarão cerca de 56%. No II Plano Quinquenal é necessário reduzir em cerca de 20% o peso específico das despesas militares e administrativas, e elevar para 60 a 70% o peso específico dos gastos com obras de fomento da economia e da cultura. Neste domínio é também necessário utilizar os recursos de modo adequado e concentrado. Por isso, quanto à reconstrução técnica da economia nacional será necessário concentrar, em primeiro lugar, no II quinquênio, os recursos para encaminhá-los à indústria pesada, particularmente à indústria de fabricação de máquinas e na indústria metalúrgica. Simultaneamente, é necessário continuar-se a lutar pela economia e por acabar com a dilapidação em todas as empresas, em todas as instituições estatais e domínios da vida social. A dilapidação sempre foi e continuará sendo um obstáculo ao desenvolvimento da produção e à melhoria das condições de vida. Nossa edificação mal começa; por conseguinte, devemos lutar pela economia de cada luan de recursos, e pela sua utilização mais eficaz. É necessário destinar à exportação parte dos bens de consumo para recebermos em troca maquinaria indispensável à edificação da indústria. Estamos dispostos a suportar certas dificuldades temporárias em nossa vida em prol de um futuro feliz. O amor ao trabalho e a parcimônia no trabalho das empresas, na economia cooperativa, e em tudo, tal é a orientação de nosso Partido para um prolongado período em prol da edificação do socialismo, orientação que devemos manter também na elaboração e realização do II Plano Quinquenal.

Durante os anos transcorridos, adquirimos certa experiência no domínio da indústria, agricultura, comércio, cultura e educação. Sobre isso vamos nos deter a seguir, em poucas palavras.

INDÚSTRIA

No domínio da indústria falaremos apenas sobre algumas questões relativamente importantes, isto é: nas questões relativas à correlação entre a indústria pesada e leve; distribuição da indústria, qualidade da produção e dos trabalhos de construção, condições de vida dos operários e empregados e direção das empresas.

A base para a industrialização de nosso país é o desenvolvimento da indústria pesada, isto é, o desenvolvimento da produção de meios de produção. Na velha China o peso específico da produção industrial de meios de produção era muito baixa na produção industrial total: em 1949 não passava de 26,6%, o que era um sintoma do atraso das forças produtivas na China. A política de industrialização socialista realizada pelo nosso Partido, exige a modificação radical dessa situação e a garantia do desenvolvimento preferencial da produção de meios de produção. Em 1952 a produção industrial de meios de produção representava cerca de 35,6% da produção industrial total em nosso país, e em fins do I quinquênio essa cifra possivelmente aumentará para mais de 40%.

Com a finalidade de desenvolver planificadamente a economia nacional é necessário que continuemos a realizar de maneira conseqüente a política do desenvolvimento preferencial da indústria pesada. Há camaradas que desejam diminuir os ritmos de desenvolvimento da indústria pesada. Este ponto de vista é errado. Pergunta-se: se não criarmos rapidamente os setores da indústria pesada de fabricação de máquinas, metalúrgicos e outros que nos são necessários então com que iremos equipar a indústria leve, os transportes, a edificação industrial e a agricultura? Não teremos nesse caso as máquinas, o laminado de aço e o cimento necessário, não teremos a energia elétrica e o combustível necessário, e nossa economia nacional durante prolongado período continuará atrasada. É perfeitamente claro que de forma alguma permitiremos que isso aconteça.

INDÚSTRIA PESADA E LEVE

Há, porém, companheiros que unilateralmente ressaltam a importância do desenvolvimento da indústria pesada, desejam baixar o ritmo de desenvolvimento da indústria leve e de outros setores da economia nacional. É também um ponto de vista errado. Não compreendem que, em primeiro lugar, a pro-

cura de bens de consumo pela população aumenta dia a dia e se não desenvolvermos de maneira correspondente a indústria leve, isso poderá acarretar a falta de mercadorias, e, por conseguinte poderá manifestar-se de maneira negativa sobre a estabilidade dos preços e do mercado. Em particular, se no campo não houver a quantidade suficiente de mercadorias industriais para trocarmos por produtos agrícolas a preços firmes e racionais, isso poderá impedir o fortalecimento da aliança entre os operários e camponeses e exercer influência desfavorável sobre o desenvolvimento da produção agrícola. Em segundo lugar, são necessárias menores inversões de capital para a indústria leve, o tempo para o seu estabelecimento é mais curto, os fundos da indústria leve circulam mais rapidamente e por isso a acumulação também se processa mais rapidamente, e se podem utilizar os recursos acumulados na indústria leve para o desenvolvimento da indústria pesada. Daí se conclui que dedicando-se a devida atenção ao desenvolvimento da indústria leve dentro dos limites dos recursos existentes, da matéria-prima e do mercado, não só não causaremos dano à construção da indústria pesada como iremos fomentá-la.

Quanto à questão da distribuição da indústria é necessário hoje dedicar atenção à coordenação da indústria nas regiões marítimas e internas, à coordenação das grandes empresas com as médias e pequenas, das empresas estatais sob jurisdição central e as empresas estatais sob jurisdição local.

Para se distribuir racionalmente as forças produtivas, para aproximar as empresas industriais das fontes de recursos naturais e assegurar o desenvolvimento harmônico da indústria e de toda a economia nacional em nosso país, durante o I Plano quinquenal o centro de gravidade da indústria será gradativamente transferido para as regiões internas, modificando-se a situação de todo injustificável existente antes da libertação do país, quando mais de 70% da indústria estava concentrada nas províncias marítimas. Devemos aproveitar plenamente as condições favoráveis oferecidas pelas províncias marítimas e continuarmos a ali desenvolver devidamente a indústria, contribuindo assim para o desenvolvimento das indústrias nas regiões internas e acelerando, desse modo, a industrialização em todo o país. No I Plano quinquenal a província de Liaonin e as cidades de Xangai, Tientsin e outras regiões industriais representaram destacado papel. No II Plano quinquenal, a par da utilização plena da base industrial na China nordeste e oriental, é necessário ainda elevar devidamente o papel das províncias de Hupeh e Shantung e também das regiões da China meridional no desenvolvimento da indústria. No II Plano quinquenal, para contribuir para a construção de grandes empresas e para fomentar a produção nessas empresas, para acelerar o desenvolvimento da indústria, o desenvolvimento da cooperação na indústria e a ampliação dos tipos de mercadorias, e, também, para a utilização plena dos recursos das empresas existentes, em particular de grande quantidade de empresas mistas estatais-privadas, é necessário construir e reconstruir planificadamente, simultaneamente com a edificação de grandes empresas, empresas médias e pequenas.

A ATIVIDADE DOS ÓRGÃOS ECONÔMICOS

É necessário dedicar atenção à combinação racional entre a atividade dos órgãos econômicos centrais e a atividade das organizações econômicas locais. Por outro lado, certos órgãos centrais não dedicaram no passado atenção suficiente ao desenvolvimento e à organização no sistema único da indústria local, o que levou a indústria local a não poder revelar de maneira adequada suas possibilidades potenciais: por outro lado, certos órgãos dirigentes locais, sem levar em conta o equipamento de produção existente no país, sem calcular os recursos locais e outras condições econômicas, construíram e ampliaram às cegas algumas empresas industriais, o que também causou dano ao Estado. É necessário corrigir estes dois desvios.

Para realizar o Plano de produção estatal tanto as empresas da indústria leve, como as empresas da indústria pesada, tanto as empresas estatais locais como as centrais, devem fazer todos os esforços para melhorar a qualidade da produção. As organizações de obras básicas na indústria, nos transportes e em todos os demais setores da economia nacional também devem, para realizar o Plano estatal, fazer todos os esforços por melhorar a qualidade do trabalho de edifica-

ção. Trata-se de um dos problemas mais essenciais na causa da edificação do socialismo em nosso país.

A superioridade do socialismo deve manifestar-se não só nos índices quantitativos de nossos êxitos e ritmos econômicos como, também, nos índices qualitativos. Nossa indústria pesada e leve já produz muitos artigos de excelente qualidade e já edificamos muitas boas obras. No entanto, em virtude do caráter obsoleto do equipamento e do baixo nível técnico de certas empresas, em virtude da falta de padrões de produção, de instruções tecnológicas, de um sistema rigoroso de controle da qualidade e de controle técnico em parte das empresas, a qualidade de muitos artigos e de muitas obras ainda é baixa. Certos tipos de produção não correspondem aos padrões estabelecidos, isto é, são de qualidade inferior. Além disso, os aspectos negativos do sistema de compras e vendas centralizadas no comércio, as deficiências decorrentes da realização desse sistema, e certa confusão que ocorre no processo de transformação da indústria e do comércio privados acarretaram também o enfraquecimento do senso de responsabilidade pela qualidade da produção e até mesmo provocaram uma séria baixa na qualidade de vários produtos em muitas empresas da indústria leve. É necessário o mais rapidamente possível corrigir essa situação que tem causado dano ao Estado e ao povo, as empresas com baixo nível técnico e equipamento obsoleto devem tomar medidas eficazes para assimilar no prazo mais curto possível a técnica e gradualmente modernizar o equipamento. Todas as empresas devem estabelecer padrões racionais de produção e instruções tecnológicas. Nas usinas, minas e obras onde não existe o sistema severo de controle é necessário criar rapidamente o aparelho e o sistema de comprovação da qualidade e do controle técnico, e tomar as medidas necessárias para evitar a produção não padronizada e a realização de obras que não correspondam às condições técnicas, tomando também medidas ativas para melhorar a qualidade das matérias-primas, dos materiais, e dos suprimentos destes. Em relação à indústria leve, é necessário realizar estritamente uma política de determinação de preços e variedade da produção de acordo com sua qualidade e introduzir gradativamente o sistema de aquisição selecionada de certos artigos. E particularmente importante realizar entre os operários o trabalho educativo para obtenção e elevação da qualidade da produção e, com firmeza, corrigir a concepção errônea que se manifesta no desinteresse irresponsável pela qualidade da produção.

MELHORIA DO NÍVEL DE VIDA DO POVO

A melhoria gradativa da vida dos operários e empregados à base do desenvolvimento da produção representa papel importantíssimo na intensificação da atividade das amplas massas de operários e empregados. Quais são, porém, as questões que devemos resolver para melhorar a vida dos operários e empregados? Antes de tudo, é necessário assegurar, com base no desenvolvimento da produção, o aumento gradual dos salários dos operários e empregados, realizar de maneira conseqüente o princípio do pagamento de acordo com o trabalho, e, também, melhorar o sistema dos salários e o sistema de estímulos. Em segundo lugar, é necessário intensificar devidamente o trabalho relativo à técnica de segurança e defesa do trabalho e da saúde dos operários. Em terceiro lugar, é necessário fazer esforços para garantir e melhorar o suprimento de produtos alimentares secundários. Em quarto lugar, é necessário melhorar gradativamente a assistência cultural e material aos operários e empregados, tomar medidas ativas para conseguir residências para aqueles que delas necessitam imediatamente e para satisfazer outras necessidades. Em quinto lugar, é necessário conceder aos operários e funcionários tempo para podermos cuidar de suas ocupações domésticas e terem o necessário repouso.

Muitas dificuldades que os operários e empregados suportam não podem ser afastadas em curto prazo, mas só depois que a edificação do socialismo em nosso país se desenvolver ainda mais. Devemos também lutar abnegadamente e não só pensar nos interesses pessoais e nos interesses do presente, negligenciando os interesses gerais do Estado e os interesses em perspectiva para o futuro. É necessário explicar tudo isso às massas de operários e funcionários. Por outro lado, porém, o destaque unilateral dos interesses gerais do Estado e dos interesses em perspectiva do futuro, e, também, o desdém pelos interesses pessoais dos operários e dos empregados e pelos interesses do presente também é errado. Há atualmente na vida dos operários e dos funcionários problemas que exigem solução e podem ser resolvidos, mas que não foram solucionados só porque os dirigentes das empresas, dos sindicatos e dos departamentos correspondentes não fizeram esforços bastantes para isso. Devemos lutar firmemente contra a atitude burocrática e indiferente para com as necessidades das massas.

Os princípios acima expostos para a solução de questões que dizem respeito à vida dos operários e funcionários são aplicáveis aos operários e funcionários de todas as empresas, inclusive aos empregados nas instituições oficiais.

O desenvolvimento da atividade dos operários e funcionários é determinado em grau considerável pelo índice de perfeição do sistema de direção e pela própria direção exercida sobre as empresas. O que quer dizer dirigir bem uma empresa?

Nas empresas é necessário estabelecer um sistema de direção que combine a direção coletiva com a responsabilidade pessoal e que tenha a organização do Partido na qualidade de núcleo. Todos os problemas importantes devem ser analisados e resolvidos coletivamente, e os trabalhadores especialmente indicados, cada qual em seu setor de trabalho, são responsáveis por todo o trabalho corrente. Os dirigentes das empresas, a organização do Partido, a administração, as organizações sindicais e juvenis na empresa, devem saber explicar às massas as tarefas que estão na ordem-do-dia e erguer as massas para desenvolver a emulação socialista e o movimento dos vanguardeiros da produção, a introdução de propostas racionalizadoras, melhorando sem cessar o trabalho. O núcleo dirigente em todos os setores da empresa deve saber penetrar nas massas, fundir-se com elas, compreender seus esta-

(CONTINUA NA 7ª PAGINA)

★

Durante a realização do VIII Congresso do Partido Comunista Chinês, membros das delegações dos demais partidos democráticos chineses ofereceram presentes ao Partido Comunista Chinês como recordação do histórico conclave político. Aparecem na FOTO representantes dos partidos que funcionam na China Popular, fazendo entrega dos presentes (SIN-HUA).



Problemas da Construção Socialista na China

(CONTINUAÇÃO DA 6ª PAGINA)

dos de espírito e suas reivindicações, ajudando-as ativamente a vencer as dificuldades.

A melhoria do trabalho de direção da empresa exige não só esforços das próprias empresas mas também os esforços das instituições estatais superiores. Aqui é necessário apontar o fato de que instituições oficiais superiores frequentemente dirigem empresas de maneira demasiadamente detalhada e severa, o que fere consideravelmente a iniciativa das empresas, perturba seus movimentos e prejudica o trabalho, o que poderia ter sido evitado. É necessário conseguir que as empresas subordinadas à direção centralizada e a uma planificação única estabelecida pelo Estado, tenham independência adequada no domínio da administração planificada, na questão financeira, na orientação dos quadros, nas questões da distribuição dos operários e funcionários, nas questões da assistência cultural e material e em outros setores. Isso de forma alguma quer dizer que a direção exercida pelas instituições oficiais superiores possa ser enfraquecida. Precisamente o contrário. Muitas instituições superiores realmente não intervêm na atividade das empresas, e com frequência não exercem uma direção oportuna e concreta. Os órgãos dirigentes dos diferentes setores de nossa economia nacional devem ocupar-se conscientemente das questões sob sua alçada e não devem intervir nos problemas com os quais podem deixar de ocupar-se ou com os quais não devem ocupar-se. Só a combinação entre uma direção rigorosa exercida pelas instituições oficiais superiores e a atividade da própria empresa pode acelerar nossa obra em ritmos rápidos.

AGRICULTURA

As propostas para o II Plano quinquenal estabelecem imensas tarefas quanto ao aumento da produção agrícola e das rendas dos camponeses. De que maneira, porém, devemos realizar essas tarefas?

Estamos realizando o cooperativismo na agricultura com a ausência de máquinas agrícolas. A mecanização da agricultura em nosso país só poderá ser feita gradativamente, à medida em que a industrialização do país se desenvolva e tendo em conta as condições concretas de cultivo da terra nas diferentes regiões. Prevê-se que em fins do II Plano quinquenal a superfície de cultivo mecanizada representará apenas 1/10 da área das terras de lavoura em todo o país, assim como, no primeiro quinquênio, a ampliação planificada da área de lavoura representa apenas algumas dezenas de milhões de mu, isto é, cerca de 1/20 da área de terras de lavouras existentes no país. Quanto à produção de adubos químicos, em 1962 caberão, em média, menos de 3 tznas para cada mu de área de plantio. Por isso, no II Quinquênio, o método básico para aumentar a produção agrícola continuará sendo o aumento do rendimento por meio da aplicação, pelas cooperativas e pelas massas camponesas, de medidas como obras de irrigação, maior uso no solo de adubos, trabalhos de melhoramento, melhoria das espécies de cultura agrícola, uso de instrumentos agrícolas de novo tipo, elevação dos índices das sementeiras repetidas, melhoria dos métodos de cultivo da terra, prevenção das calamidades naturais e luta contra as pragas e parasitas na lavoura.

É preciso compreender que essas medidas possuem grandes possibilidades para o aumento da produção agrícola. Por exemplo, no domínio da irrigação: as áreas irrigadas existentes constituem apenas 1/3 da área das terras de lavoura no país, enquanto que para muitas terras pertencentes aos restantes 2/3 das terras de lavoura podem ser encontradas as fontes de irrigação. Quanto aos adubos, possuímos riquíssimas fontes de adubos naturais, tão altamente eficientes como excrementos, adubos verdes, etc. No entanto, em muitos locais essas fontes de adubos não são plenamente utilizadas. Nosso campo é rico em força de trabalho, além disso se tornou força organizada à base do cooperativismo. Basta apenas realizar de maneira acertada e firme essas medidas para que se torne plenamente possível atingir os índices de aumento da produção previstos pelas propostas para o II Plano quinquenal. Continua sendo tarefa extremamente importante do II Quinquênio, o aumento da produção de cereais e de algodão. Ao mesmo tempo, é também objetivo importante aumentar a produção de outras culturas técnicas, de produtos da pecuária e de ofícios auxiliares. Segundo dados estatísticos, o valor da produção das diversas culturas técnicas, os produtos da pecuária e de ofícios auxiliares, com exceção dos ofícios auxiliares cuja produção se destina a satisfazer às próprias necessidades dos camponeses, representa cerca de 50% do valor total da produção agrícola no país, o que se aproxima do peso específico dos cereais — e até mesmo supera — no valor geral da produção agrícola. Essa produção representa, por isso, papel extremamente importante nas rendas dos camponeses. Essas culturas técnicas, produtos da pecuária e ofícios auxiliares, possuem também grande importância para o suprimento de matéria-prima à indústria leve, para suprir a população de produtos de alimentação secundários e para atender às exportações. Consideremos, por exemplo, a criação de suínos. É necessário aumentar, no segundo plano quinquenal, o número de cabeças de gado de 138 milhões, planificadas para 1957, para cerca de 250 milhões em 1962, porque sem desenvolver multifariamente a criação de suínos não se pode suprir a cidade e o campo de carne, a agricultura, de adubos, e garantir as exportações de carne de porco e cerda. Em consequência, as organizações locais do Partido, os órgãos do poder e da agricultura devem intensificar devidamente a direção do trabalho ligado ao fomento dos cultivos técnicos, à produção da pecuária e dos ofícios auxiliares. Partindo das necessidades locais do Estado é necessário ajudar a cada cooperativa de produção agrícola orientando-se pelos planos nacionais e locais, e elaborar um plano multifário, que corresponda à situação na cooperativa, para o aumento da produção de cereais, das culturas técnicas, dos produtos da pecuária e dos ofícios auxiliares.

No problema relativo ao desenvolvimento dos ofícios auxiliares devemos prever a necessária divisão do trabalho entre a economia coletiva da cooperativa e os ofícios domésticos de seus membros a fim de contribuir para o desenvolvimento

racional da atividade nesses dois sentidos. Atualmente, em muitas cooperativas não se dedica muita atenção aos ofícios domésticos auxiliares e restringe-se mesmo, irracionalmente, essa atividade, tendência que necessita ser corrigida.

UMA JUSTA POLÍTICA DE PREÇOS

Com a finalidade de fomentar o desenvolvimento da produção de culturas técnicas, de desenvolver a pecuária e os ofícios auxiliares da agricultura é necessário realizar uma justa política de preços. Desde a criação da República Popular da China nossa política de preços, tem sido, geralmente, racional e corresponde aos interesses do campesinato, mas no decurso de sua realização já foram cometidos certos erros. Durante os anos passados a produção de algumas culturas técnicas, e também a criação de suínos e os ofícios auxiliares não se desenvolveram rapidamente ou então causaram prejuízos. A causa reside, em parte, nos preços de compra algo reduzidos para esses tipos de produção. É necessário regularizar os preços de compra em tempo oportuno depois dos necessários estudos e pesquisas.

De acordo com o desenvolvimento da produção devemos garantir aos camponeses a possibilidade de aumentar suas rendas, o que constitui elemento importante para o aumento da produção agrícola. O C.C. do Partido exige que as cooperativas consigam, em toda a parte, nos primeiros anos de sua atividade, aumentar de 90% as rendas de seus membros, sob a condição de que consigam as colheitas habituais, e posteriormente, à base do desenvolvimento da produção, o aumento anual das rendas de todos os membros das cooperativas. Nesse sentido, não só é necessário que o Estado realize uma política justa e uma política de preços, mas também é preciso que as cooperativas estabeleçam com acerto a correlação entre a acumulação coletiva e as rendas individuais dos membros das cooperativas. As cooperativas não devem aumentar arbitrariamente as proporções das despesas com a produção e com a administração, e os fundos indivisível e coletivo. Na coleta dos impostos oficiais é necessário também manter a necessária correlação entre os impostos e as rendas. Devemos manter firmemente o sistema de distribuição de rendas que leva em conta os interesses do Estado e do coletivo e também os interesses individuais.

O COMÉRCIO

Além do desenvolvimento da indústria e da agricultura, durante o I Plano quinquenal conseguiram-se também consideráveis êxitos no comércio externo e interno. Segundo o Plano do corrente ano, o volume da circulação mercantil no comércio a varejo do mercado interno aumentará 66,3% em comparação com 1952. Durante os últimos anos os preços continuaram firmes, conseguimos desenvolver a circulação mercantil entre a cidade e o campo, garantimos o fornecimento das mercadorias necessárias à população. No corrente ano, a circulação do comércio exterior aumentará 65% em comparação com 1952. Os objetos de consumo ocuparam o principal lugar nas exportações antes da libertação do país. A partir de 1950 os meios de produção representam 90% das importações. O comércio exterior em nosso país atendeu às necessidades da edificação estatal em equipamento e materiais, e também contribuiu para o desenvolvimento da cooperação econômica e das relações de amizade entre nosso país e a União Soviética, os países de democracia popular e outros países.

Durante o II Plano quinquenal e com base no desenvolvimento da economia nacional, segundo cálculos preliminares, o volume da circulação mercantil a varejo no país aumentará em 1962 cerca de 50% em comparação com 1957, e as trocas mercantis no exterior aumentarão também consideravelmente.

Em virtude do fato de que as transformações socialistas no comércio privado estão concluídas no fundamental, tendo-se formado um mercado socialista único, aumenta consideravelmente o papel do comércio socialista em toda a economia nacional. Todos os bens de consumo produzidos pela indústria e parte dos meios de produção, e também a produção mercantil da agricultura são distribuídos, através do comércio socialista, entre as empresas industriais, as cooperativas de produção agrícola e entre as amplas massas de consumidores.

O aumento da capacidade aquisitiva da população, as necessidades sempre crescentes do povo em bens de consumo, em particular em produtos de alimentação secundários, o rápido desenvolvimento do cooperativismo na agricultura e da edificação industrial, e as necessidades sempre crescentes do comércio exterior no tocante às mercadorias de exportação, estabelecem para nosso comércio tarefas cada vez mais complexas. Considerando as necessidades das massas populares e as necessidades da exportação, as organizações comerciais devem, com a ajuda da política de preços e de compra, estimular o aumento da produção na indústria e na agricultura, e a melhoria da qualidade da produção; deve ampliar a renda comercial e a circulação de mercadorias, intensificar o trabalho no domínio das compras e fornecimentos dos produtos industriais e agrícolas, e também conseguir uma distribuição da rede comercial que corresponda às peculiaridades do trabalho de compra de mercadorias e que crie comodidades para os compradores.

Atualmente o desenvolvimento do comércio exige, de maneira particular, que se melhore eficazmente as ligações entre os fornecedores e consumidores, e que se realize uma política justa de preços e a regulamentação dos preços de certas mercadorias.

Muitas medidas tomadas no domínio das relações mútuas entre fornecedores e consumidores, no período de utilização, limitação e transformação das empresas capitalistas, devem ser hoje substituídas por medidas que correspondam à situação econômica atual.

Antes da realização da transformação por setor das empresas na indústria e comércio capitalistas em empresas mistas estatais-privadas nosso comércio estatal, em relação aos produtos da indústria capitalista, tinha por norma a realização de encomendas para elaboração da matéria-prima e fabri-

cação de artigos, e de compras e vendas centralizadas à base de contratos. Além dos cereais, algodão e plantas oleaginosas, adquiridos pelo Estado de maneira centralizada, a esmagadora maioria da produção agrícola era comprada por encomenda de maneira centralizada pelas cooperativas e suprimentos de venda, ou diretamente pelos órgãos do comércio estatal. Em relação ao mercado das cidades e das aldeias realizava-se um controle severo, estabeleciam preços únicos para as mercadorias, e também se restringia a esfera da atividade dos comerciantes particulares no domínio da revenda. Todas essas medidas eram, na época, indispensáveis e deram resultados positivos, mas sua realização provocava certas consequências negativas. Como já afirmamos, baixou a qualidade de parte da produção industrial, e reduziu-se seu sortimento. Diminuiu a produção de certos artigos da agricultura e de ofícios auxiliares, e surgiram lacunas em certos elos da troca mercantil. É tempo de acabar com essas deficiências. Devemos melhorar o sistema existente de controle do mercado, revogar as restrições demasiadamente severas e rígidas e também, dentro dos limites definidos do mercado socialista único, permitir a existência de certo progresso do mercado livre dirigido pelo Estado na qualidade de complemento ao mercado estatal.

O COMBATE À INFLAÇÃO

Antes da libertação, houve em nosso país, durante onze anos, uma séria inflação. E os preços sempre oscilavam. Depois da libertação, e considerando a situação existente, o Partido teve como orientação básica a estabilização dos preços. Isso queria dizer, antes de tudo, a estabilização de todos os preços ao nível a que tinham atingido na época, independentemente da conveniência dos preços de certas mercadorias, e posteriormente certa regulamentação daqueles preços que eram totalmente irrealistas. Essa orientação básica do Partido foi justa. Os resultados de sua realização foram bons. Essa orientação representou papel positivo e contribuiu para o desenvolvimento da produção industrial e agrícola em nosso país. Cometemos, porém, na realização da política de preços, muitos erros e falhas. As organizações comerciais devem generalizar a experiência adquirida no passado e, continuando a orientar-se no sentido da estabilização dos preços, estabelecer uma política de preços mais ou menos multifária e princípios de avaliação que correspondam a atual situação histórica e contribuam para o desenvolvimento da produção industrial e agrícola. O princípio mais importante que norteia nossa política de preços é a fixação de preços de compra que estimulem o aumento da produção. Com o objetivo de melhorar a qualidade da produção industrial e agrícola é necessário realizar uma política tanto para a compra como para a venda, de fixação de preços de acordo com a qualidade e sortimento das mercadorias. É necessário diminuir de maneira correspondente a diferença extremamente grande entre os preços de compra e de vendas das mercadorias que se compram e se vendem localmente; é necessário aumentar devidamente a diferença entre os preços por atacado e a varejo para as mercadorias pequenas e baratas. Além disso, é necessário também acabar com severidade a caça ao lucro comercial excessivo, o que viola a política oficial de preços. As grandes tarefas no domínio do comércio exigem que os comerciantes em todo o país, aprendam a comerciar melhor. Devemos generalizar cuidadosamente toda experiência útil por nós acumulada, preparar planificadamente trabalhadores qualificados e técnicos de comércio para podermos elevar o comércio socialista em nosso país a nível ainda mais alto.

A CULTURA E A EDUCAÇÃO

A cultura e a educação ocupam importante lugar na edificação do socialismo. Durante os últimos anos a cultura e a educação têm tido em nosso país extraordinário progresso. A comparação entre os dados relativos a 1949 e as cifras estabelecidas pelo plano para o corrente ano revelam: o número de estudantes nas escolas superiores aumentou de 116 mil para 380 mil; o número de estudantes secundários aumentou de 1 milhão 268 mil para 5 milhões 860 mil; o número de alunos na escola primária aumentou de 24 milhões e 390 mil para 57 milhões e 700 mil. A tiragem total dos livros publicados durante o corrente ano chegou a 1 bilhão e 600 milhões de exemplares, em comparação com pouco mais de 100 milhões do primeiro período após a libertação. Nos estabelecimentos de cura o número de leitos no corrente ano chegou a 339 mil contra 106 mil no primeiro período depois da libertação.

No II Plano quinquenal é necessário aumentar o número de estudantes nas escolas superiores cerca de duas vezes, e de maneira correspondente aumentar o número de estudantes nas escolas secundárias completas e incompletas e nas instituições especiais de ensino secundário. No II Plano quinquenal prevê-se intensificar de modo particular o preparo de especialistas e o desenvolvimento das atividades de pesquisa científica com a finalidade de dominarmos mais rapidamente as últimas conquistas da ciência mundial. Nossos cientistas elaboraram um plano inicial de desenvolvimento da ciência para 1956-1967. Esse plano exige que os setores da ciência e da técnica de importância especial para a economia nacional se aproximem, em cerca de doze anos, do nível de vanguarda alcançado em todo o mundo. Devemos apoiar com firmeza os coletivos de todas as instituições de pesquisas científicas e das escolas de ensino superior em sua aspiração unânime de atingir esses objetivos.

Para estimular o florescimento da ciência e da arte em nosso país e colocá-las a serviço da edificação do socialismo, o C.C. do Partido estabeleceu a seguinte orientação: «Floresçam todas as flores e se rivalizem todos os cientistas!» A verdade científica se torna mais clara no curso dos debates. Na arte devem existir diferentes estilos. Visando ao progresso, o Partido não deve, quanto às questões da ciência e da arte, dirigir por meios burocráticos, devendo lutar pelo debate livre e pela emulação livre.

Para realizar a revolução cultural em nosso país é necessário fazer o máximo de esforços para acabar gradativamente com o analfabetismo, e, dentro dos limites das possibilidades financeiras, estabelecendo prazos para as diversas regiões avançadas.

(CONCLUI NA 8ª PAGINA)

Problemas da Construção Socialista na China

(CONCLUSÃO DA 7ª PAGINA)

pliar a rede de escolas primárias para nos próximos doze anos conseguirmos realizar o ensino primário universal e obrigatório. É necessário, ao mesmo tempo, continuar a ampliar o preparo de cultura geral e técnica dos operários e empregados e o aprendizado dos funcionários das instituições estatais que possuem um nível de cultura extremamente baixo. É necessário ajudar na criação da escrita as minorias nacionais que não a possuem.

EDUCAR NO ESPÍRITO DO SOCIALISMO

Devemos armar a intelectualidade e as massas populares com as idéias marxistas-leninistas, com as idéias do socialismo, criticando a ideologia feudal e burguesa. Durante os últimos anos realizamos nesse domínio imenso trabalho, que representou grande papel na luta pelas transformações socialistas em nosso país. Sabemos, porém, que a transformação da velha ideologia é mais difícil, exige mais tempo do que a transformação das velhas relações de produção. Devemos continuar a intensificar o trabalho na frente ideológica, realizando a crítica da ideologia feudal e burguesa. É necessário acolhermos, com todo o cuidado, a herança cultural dos velhos tempos útil para os povos.

Para atingirmos as diversas finalidades no domínio da cultura e da educação é preciso ampliar e reforçar as fileiras da intelectualidade. Devemos realizar o preparo em massa de uma nova intelectualidade, em particular da intelectualidade oriunda das classes trabalhadoras, realizando o ensino nas escolas e Instituições de ensino superior e o preparo de trabalhadores qualificados sem desligá-los da produção. Devemos utilizar, ao mesmo tempo, a capacidade dos intelectuais burgueses e pequeno-burgueses para a construção do socialismo. Devemos aprender com eles. Não devemos, porém, permitir que as idéias burguesas e pequeno-burguesas de que são portadores minem as fileiras do proletariado, mas, ao contrário, devemos fazer todos os esforços para transformá-los em intelectuais novos, estreitamente ligados ao povo trabalhador. Graças a um trabalho sistemático e prolongado realizado pelo Partido a parte fundamental de nossa intelectualidade encontra-se em estreita aliança com os operários e os camponeses, enquanto que parte considerável da intelectualidade ficou a favor do comunismo e ingressou em nosso Partido. Devemos ter como objetivo realizar também doravante a política de aglutinação, educação e reeducação da intelectualidade, melhorar o trabalho de sua utilização para que ela se revele de maneira ainda mais produtiva à grande causa de construção da pátria.

IV

A VIDA POLÍTICA NO PAÍS

O problema do poder é a questão fundamental da revolução. Como se explica o fato de que apenas em 7 anos ao todo tenhamos modificado radicalmente a fisionomia de nossa pátria e tentamos alcançar tão grandes êxitos nas transformações socialistas e na edificação socialista? Não será porque, dirigindo a classe operária e as amplas massas populares, conquistamos o poder em todo o país? Não será porque nosso poder é um poder de tipo totalmente novo — a ditadura democrática do povo?

Com a finalidade de desenvolver amplamente em nosso país a edificação do socialismo, que já se iniciou, e concluir finalmente as transformações socialistas, devemos continuar a reforçar a ditadura democrática do povo e continuar a melhorar o trabalho do estado.

Assim como todos os demais estados socialistas o estado por nós criado é o mais democrático, o mais eficiente e o mais sólido na história da humanidade. A formação da República Popular da China elevou à condição de donos centenas de milhões de escravos famintos, humilhados e desdenhados, garantindo-lhes vida e liberdade, tornou o trabalho honroso e deu igualdade de direitos às mulheres. Participando na administração do governo do país, os numerosos e melhores representantes dos operários, dos camponeses, das mulheres e dos jovens, tornaram nosso aparelho estatal um instrumento que serve ao povo de maneira conscienciosa e desinteressada. Em nosso estado realiza-se uma unidade sem precedentes na história. Graças à conclusão definitiva das transformações democráticas e à vitória alcançada no sufocamento da contra-revolução, graças às conquistas no domínio das transformações socialistas e ao desenvolvimento da edificação do socialismo, e também graças à realização, pelo governo popular, de várias medidas, nossa sociedade tornou-se firme como nunca.

A DITADURA DEMOCRÁTICA DO POVO

Todo estado é uma ditadura; a ditadura de classe é a essência dos estados em todos os países do mundo; a única diferença que os distingue é a questão de saber-se que classe realiza a ditadura e contra que classe essa ditadura se realiza. Todos os estados da classe dos latifundiários e da classe da burguesia são instrumentos de domínio exercido por uma minoria sobre a maioria, de domínio exercido pelos exploradores contra os que trabalham. O grande mérito da revolução de Outubro na Rússia é justamente ter modificado radicalmente, pela primeira vez, esta situação, transformando o estado em instrumento de domínio exercido pela maioria contra a minoria, pelos trabalhadores contra os exploradores. Apesar de que revolução em nosso país possui muitas peculiaridades, os comunistas chineses consideram sua obra como continuação da grande revolução de Outubro. A ditadura democrática do povo em nosso país, é a ditadura das massas populares, chefiada pela classe operária, em relação às classes reacionárias, às camarilhas reacionárias e os exploradores que se manifestam contra a revolução socialista. Nossa democracia não pertence à minoria, e sim à maioria esmagadora, pertence aos operários, camponeses, e a outros trabalhadores, e também a todos aqueles que apoiam o socialismo e amam sua pátria.

A ditadura democrática do povo em nosso país atravessou dois períodos — a revolução democrático-burguesa e a revolução socialista. Antes da vitória da revolução democrático-burguesa em todo o país, a ditadura democrática do povo foi estabelecida nos territórios das bases revolucionárias. Essa ditadura tinha caráter democrático-burguês porque apenas modificou o sistema de utilização feudal da terra, mas não modificou a propriedade privada da burguesia nacional sobre os meios de produção e a propriedade individual dos camponeses. Após a formação da República Popular da China, a ditadura democrática do povo começou a resolver a tarefa da passagem do capitalismo para o

socialismo, que significa a transformação da propriedade privada da burguesia e dos pequenos produtores sobre os meios de produção em propriedade socialista coletiva e a abolição total da exploração do homem pelo homem. Por sua essência esse poder só pode ser a ditadura do proletariado. Só o proletariado personificado em sua vanguarda — o Partido Comunista da China — utilizando hábilmente uma arma como o poder, tendo aglutinado estreitamente em torno de si todos os trabalhadores e outras forças que possam aceitar o socialismo, e realizando em conjunto com ela sua linha política, organizando a vida econômica e cultural no período de transição para o socialismo, por um lado, e sufocando a resistência das classes e camarilhas reacionárias, defendendo o país contra a intervenção e o imperialismo estrangeiro, por outro lado — poderá realizar tarefa tão séria e complexa.

É perfeitamente evidente que, se na etapa da revolução democrática burguesa, o campesinato e a burguesia nacional em nosso país não puderam, sem a direção do proletariado, conquistar a vitória, então, que outra força social, além do proletariado, pode assumir a direção na etapa da revolução socialista? Sem uma direção firme, clara e desinteressada exercida pelo proletariado, até mesmo o campesinato mais pobre não pode tomar caminho realmente socialista e muito menos poderemos falar da burguesia, por sua natureza totalmente oposta ao socialismo. O fato extraordinário de que a burguesia em nosso país pode, com grande entusiasmo, aceitar as transformações socialistas, confirma justamente a direção justa e a grande força do proletariado, comprovando a necessidade absoluta da ditadura do proletariado.

A PARTICIPAÇÃO DAS MASSAS NO PODER

Poderão perguntar: uma vez que na etapa atual a ditadura democrática do povo em nosso país é no fundo uma das formas de ditadura do proletariado, por que participam do poder também outras classes, partidos e personalidades democráticas sem partido? Que determina a necessidade de continuar a existir a frente única popular democrática em nosso país?

É preciso compreender que a ditadura do proletariado exige não só que este mantenha uma direção firme sobre os órgãos estatais, mas que também as massas populares participem ativamente da atividade desses órgãos; não podemos esquecer nem um desses dois elementos. A instalação da ditadura da maioria absoluta do povo sobre as classes reacionárias e a construção do socialismo só são possíveis quando o proletariado estabelece aliança com as amplas massas populares, capazes de aceitar o socialismo — acaso não se trata de uma verdade perfeitamente clara? Lênin afirma: «A ditadura do proletariado é uma forma particular de aliança de classe entre o proletariado, vanguarda dos trabalhadores, e as numerosas camadas não proletárias dos trabalhadores — pequena burguesia, pequenos patrões, campesinato, intelectualidade, etc. — ou a maioria delas... aliança que se estabelece com a finalidade de criar, de consolidar definitivamente o socialismo» (Lênin, Obras, 42. edição, tomo 29, pág. 350/51). Os limites estabelecidos para a aliança de classe a que Lênin se refere podem ser diferentes de acordo com as condições históricas, mas não há dúvida alguma de que a ditadura do proletariado é sempre uma forma precisa de aliança de classe.

A aliança entre a classe operária e o campesinato é a base da ditadura democrática do povo e da frente única popular democrática na China. O campesinato representa mais de 80% da população do país e sem aliança com ele não se pode falar em edificar o socialismo. No processo de preparação da luta revolucionária nosso Partido estabeleceu ligações indissolúveis com o campesinato. Após a criação da República Popular, realizando transformações agrárias, chefiando o movimento pela ajuda mútua e pelo cooperativismo na agricultura, dirigindo a produção, a economia e a cultura no campo, elaborando e pondo em prática a política tributária e cerealífera e a política de preços, sempre prestamos séria importância ao reforçamento dessas relações. O campesinato ocupa situação importante na vida política em nosso país. Nas vastas regiões rurais quase todos os funcionários das organizações estatais são camponeses. Devemos, porém, ressaltar que em nosso trabalho ainda existem muitas lacunas que se manifestam numa atitude insuficientemente séria em relação aos interesses concretos dos camponeses. Após o desenvolvimento do cooperativismo na agricultura a aliança entre a classe operária e o campesinato ingressou em nova fase de desenvolvimento, mais elevada. A par disso, no trabalho e no campo desenvolve-se de novo a tendência para o burocratismo árido em consequência do que muitas organizações do Partido e do Estado superestimam as possibilidades econômicas atuais das cooperativas agrícolas e abusam das «conveniências» trazidas pelo cooperativismo. Para reforçar ainda mais a aliança entre a classe operária e o campesinato devemos acabar com essas falhas com decisão.

A política empregada em relação ao campesinato é uma política igualmente aplicável aos artesãos, pequenos comerciantes e lojistas e também a outros trabalhadores individuais unidos recentemente em organizações cooperativas de diversas formas. Representam também importante camada social em nossa sociedade, mas no passado nossa atividade entre eles foi também relativamente débil. Isso se explica porque vivem e se entregam à atividade econômica de maneira mais ou menos dispersa. Atualmente esses erros estão liquidados, sendo necessário resolver muitas questões inadiáveis aos mesmos ligados. Devemos tomar medidas eficazes para fortalecer as relações com eles e conseguir que se dedique a devida atenção a seus interesses econômicos e políticos.

A SITUAÇÃO DA BURGUESIA NACIONAL

A burguesia nacional ocupa situação particular no sistema da ditadura democrática do povo e na frente única popular democrática. Já no período da guerra anti-japonesa alguns representantes da burguesia nacional foram incorporados aos órgãos do poder nos territórios das bases revolucionárias, o que é fácil de compreender porque então se tratava da etapa democrático-burguesa da Revolução. Após a formação da República Popular um número ainda maior de representantes da burguesia nacional e de seus partidos participam nas atividades de nossos órgãos estatais, que são, em essência, órgãos da ditadura do proletariado. Por isso, para edificação do socialismo a burguesia nacional continua a manter a unidade política com a classe operária e o Partido Comunista. Como se explica isso? Qual é o sentido dessa aliança hoje, quando já conquistamos no fundamental a vitória das transformações socialistas? Será que tudo isso não constitui um obstáculo à mais?

Realmente, sem considerar a burguesia compradora a burguesia nacional — constituída de capitalistas grandes, médios e pequenos e da intelectualidade burguesa — é a classe menos numerosa em nossa sociedade, e além disso é fraca no sentido político e econômico. No entanto, tanto no passado como agora, essa classe possui e possui grande influência, representou e representa considerável papel em nossa sociedade, o que se explica pelo fato de que a burguesia nacional promoveu outrora o desenvolvimento da indústria moderna, dirigiu a velha revolução, a democrático-burguesa, e teve certa participação na revolução da nova democracia. Nas condições concretas surgidas após a formação da República Popular da China a burguesia nacional aceitou a direção exercida pela classe operária e pelo Partido Comunista e gradativamente concordou com a realização das transformações socialistas. Isso se explica pelo fato de que a burguesia nacional assimilou relativamente cedo a cultura moderna e adquiriu certos conhecimentos e com um dos seus membros e adquiriu certos conhecimentos no domínio da técnica e da administração de empresas modernas. Até hoje é uma classe possuidora de conhecimentos mais ou menos ricos no domínio da cultura moderna; há em suas fileiras um número bastante grande de representantes da intelectualidade e de técnicos. Durante os anos passados a burguesia nacional participou da restauração da economia nacional, participou nas transformações agrárias ou as apoiou, participou na luta pelo sufocamento da contra-revolução e no movimento pela resistência à agressão americana, na ajuda ao povo coreano, o que nos permitiu isolar ao máximo os inimigos e consolidar as forças da revolução. No decurso das transformações socialistas a aliança entre a classe operária e a burguesia nacional representou papel positivo na educação e reeducação da burguesia; podemos continuar a utilizar como antes essa aliança para a coesão da burguesia, sua educação e reeducação e para que empregue seus conhecimentos em prol da edificação do socialismo. Daí se conclui ser errado considerar essa aliança como carga inútil.

Nos últimos anos, entre a esmagadora maioria da burguesia nacional ocorrem profundas modificações, provocadas pelas transformações socialistas. É nosso dever continuar a apoiar e a melhorar as relações de cooperação com essa parte da burguesia nacional para permitir-lhe manifestar sua capacidade e dar um passo à frente no sentido de sua auto-educação. Como antes, essa cooperação se realiza no âmbito da luta pela coesão. Como antes a luta de classe continuará a existir até a conclusão das transformações socialistas. Depois dessa conclusão ainda haverá, durante longo tempo, a luta entre as posições, as concepções e os métodos do capitalismo e do socialismo. A persuasão e a educação é nosso método básico nessa luta. Só em relação a determinadas pessoas que mantenham uma posição hostil ao socialismo e que transgridam as leis estatais é que tomaremos, de acordo com as condições, as medidas necessárias de reeducação por meio da coerção.

O CONTRÔLE MÚTUO ENTRE OS PARTIDOS

Os Partidos Democráticos existentes em nosso país formaram-se e estabeleceram, no fundamental, relações de cooperação com o nosso Partido no período da luta anti-japonesa. Quando se formou a República Popular da China esses Partidos participaram do governo Popular, e depois começaram pouco a pouco também a apoiar a causa do socialismo. Consideramos ser necessário continuarmos a manter a orientação no sentido de uma prolongada coexistência e controle mútuo entre o Partido Comunista e todos os partidos democráticos. A base social de todos os Partidos democráticos existentes na China é a burguesia nacional, as camadas superiores da pequena burguesia e sua intelectualidade. Após a conclusão das transformações socialistas, os que formam a burguesia nacional e as camadas superiores da pequena burguesia constituirão parte dos trabalhadores socialistas, enquanto que os Partidos democráticos se transformarão em partidos políticos que representarão essa parcela de trabalhadores. Em virtude do fato de que entre essa parte dos trabalhadores ainda se poderá manter, por longo tempo, a sobrevivência da ideologia burguesa, os partidos democráticos devem, durante longo período, manter relações com esses trabalhadores, representar seus interesses e ajudá-los a se reeducarem. A par disso, a prolongada coexistência entre os partidos democráticos e o Partido Comunista também pode representar importante papel no controle recíproco exercido por esses partidos. Nosso Partido é um partido político que serve ao povo, abnegado e desinteressadamente. No entanto, ainda há entre nós deficiências, que também serão inevitáveis no futuro. Além disso, não pode também deixar de haver erros. Devemos, antes de tudo, é claro, intensificar a auto-crítica dentro do Partido e, firmando-nos no controle exercido pelas amplas massas do povo trabalhador, corrigir essas falhas e erros. Devemos ao mesmo tempo saber encontrar a ajuda no controle e na crítica exercidos pelos partidos democráticos e pelas personalidades democráticas sem partido.

Os representantes dos diferentes partidos democráticos e as personalidades democráticas sem Partido ocupam postos de responsabilidade em muitas instituições estatais. Ao mesmo tempo, grande quantidade de pessoas que não pertencem ao Partido Comunista trabalham em nossas instituições estatais, nas instituições de ensino, nas empresas e no exército. Isso exige que os membros de nosso Partido estabeleçam suas relações com os trabalhadores que não se encontram no Partido, com um espírito de cooperação cordial e amistosa. Consideramos necessário levantar esse problema porque, até hoje, parte dos membros do Partido Comunista mantém um ponto de vista de que tudo deve ser «de uma só espécie». Não desejam que pessoas que não pertencem ao Partido trabalhem nas instituições estatais, ou então não pedem a opinião das mesmas para a solução dos problemas práticos e ignoram suas qualidades de funcionários públicos. É um ponto de vista sectário de gênero particular. Os membros do Partido sempre são uma minoria na massa geral da população e por isso devem, quaisquer que sejam as condições, estabelecer cooperação com as pessoas que não pertencem ao Partido. O trabalho educativo feito pelo Partido deve ter por finalidade estripar o mais breve possível esse ponto de vista errôneo, mantido pelos membros do Partido que não sabem estabelecer cooperação com as pessoas que não pertencem ao Partido. Trata-se, hoje, de uma das mais importantes tarefas para o fortalecimento da frente única popular democrática.

(Continua no próximo número).

Sugestões Dos Trabalhadores Sobre a Reforma da Previdência

DIRIGENTES SINDICAIS PROPÕEM MODIFICAÇÕES EM ALGUNS ASPECTOS DAS CONCLUSÕES DA COMISSÃO GOVERNAMENTAL ENCARREGADA DE ESTUDAR A REFORMA (ADMINISTRATIVA) DA PREVIDÊNCIA - DEFINIÇÃO DE FUNÇÕES DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAIS DAS INSTITUIÇÕES DIRIGENTES DO SISTEMA PREVIDENCIÁRIO

OS DIRIGENTES sindicais do Distrito Federal elaboram um documento no qual propõem sejam modificadas algumas conclusões do estudo de uma comissão governamental sobre a reforma da previdência. Eis algumas das mais importantes propostas dos dirigentes sindicais cariocas:

1 - A DIREÇÃO DOS INSTITUTOS. Esta cabe-

rá a um Conselho de Administração cujas funções serão as de «fixar as diretrizes político-administrativas da instituição nelas se compreendendo a elaboração da proposta orçamentária, e estudo das normas gerais de serviço, a autorização prévia para despesas e inversões acima de Cr\$ 300.000,00 e para a criação e supressão de órgãos, bem como a homologação das nomeações dos diretores, delegados e agentes.» Nas conclusões da comissão governamental não se prevê, entre as atribuições do Conselho a elaboração da proposta orçamentária e não se limitam as despesas e inversões que dependerão de prévia aprovação. Na sugestão dos trabalhadores referente às atribuições do Conselho Fiscal atribui-se a este a função de emitir parecer sobre a proposta orçamentária, bem como sobre pedidos de crédito e reforço de verbas, o que não consta nas conclusões da comissão oficial.

2 - O CONSELHO SUPERIOR. O atual Conselho Superior de Previdência passará a denominar-se Conselho Superior dos Recursos da Previdência. Os sindicatos propuseram uma redução (de 16 para 9 a 12) do número de seus membros e do número de câmaras (de 3 para 2) com que funcionará. São feitas outras sugestões quanto à fixação das atribuições deste Conselho, especialmente no que se refere ao recurso de suas decisões. As conclusões da comissão governamental propõem que o ministro do Trabalho possa revogar aquelas decisões, quando contrariem normas do Ministério ou do DNPS. Os dirigentes sindicais propõem que das decisões do Conselho caibam recurso ao Ministério, quando elas forem adotadas com violação da lei.

3 - O DNPS. Por fim, os dirigentes sindicais fazem sugestões sobre a criação e constituição do Departamento Nacional de Previdência, propondo seja o mesmo constituído de 6 representantes das categorias profissionais (dos 6 institutos), 6 representantes das categorias econômicas correspondentes e 6 nomeados pelo presidente da República, sendo um atuário, um médico, um engenheiro, um contador, um técnico de administração e um economista. O Conselho teria as seguintes atribuições: «traçar as normas gerais reguladoras das atividades das instituições de previdência, deliberar sobre as propostas orçamentárias das instituições, resolver a respeito de créditos especiais e reforços de verbas homologar os planos gerais de inversões e fundos, traçar normas para a inspeção e tomada de contas das instituições, gerir o fundo único da Previdência Social, determinar as intervenções nas instituições sempre que esta medida for necessária instaurar inquéritos administrativos para apuração de responsabilidades dos administradores das instituições.»

Todas essas sugestões referem-se à organização administrativa da previdência, objeto dos estudos da comissão governamental. Ainda em relação a esse aspecto da questão, porém, os dirigentes sindicais reservaram-se para opinar posteriormente sobre a pretendida criação do Instituto da Casa Popular e do Serviço de Assistência Médica da Previdência Social.

Continuam em crescimento, no Distrito Federal, os diversos movimentos dos trabalhadores pelo reajustamento salarial. A pós a entrada em vigor do novo salário-mínimo, dia 1.º de agosto, os salários dos operários qualificados, dos profissionais e dos trabalhadores de nível superior ficaram, em geral quase iguais aos dos principiantes, serventes, etc.

Reajustamento: Reivindicação Dos Trabalhadores Cariocas
MOVIMENTAM-SE DIVERSAS CORPORAÇÕES PARA CONQUISTAR A JUSTA MEDIDA — MARCENEIROS: 40% E MÍNIMO DE CR\$ 1.400 — SAPATEIROS, COMERCIÁRIOS, TÊXTEIS E OUTROS SETORES EM CAMPANHA

Continuam em crescimento, no Distrito Federal, os diversos movimentos dos trabalhadores pelo reajustamento salarial. A pós a entrada em vigor do novo salário-mínimo, dia 1.º de agosto, os salários dos operários qualificados, dos profissionais e dos trabalhadores de nível superior ficaram, em geral quase iguais aos dos principiantes, serventes, etc.

Ao mesmo tempo, os gêneros alimentícios, produtos transportes e utilidades entraram em violento processo de elevação de preços, para o qual o salário-mínimo foi (e é) utilizado como pretexto justificativo. Diante dessa situação de desequilíbrio, os sindicatos operários empenharam-se na luta pelo reajustamento geral dos salários.

MARCENEIROS: 40 POR CENTO

Os trabalhadores em marcenarias, carpintarias e serrarias do Rio reivindicam 40 por cento de aumento com o mínimo de Cr\$ 1.400,00. Os operários de carpintarias já entraram em acordo, em princípio, com os patrões, tendo por base a proposta feita pelo Sindicato da Indústria de Serraria, Carpintaria e Tanoaria.

Por outro lado, os trabalhadores em marcenarias, por deliberação da assembleia-geral, podem entrar em acordo com os patrões em cada empresa, independentemente das demais, ficando os acordos para serem ratificados em nova assembleia.

SAPATEIROS

Os sapateiros já iniciaram a campanha pelo reajustamento, que está ainda em sua fase preliminar. Sua reivindicação é de um aumento básico de Cr\$ 1.400,00 sobre os salários vigentes antes do novo salário-mínimo. Para os que trabalham pelo sistema de tarefas, pede-se um aumento percentual (na base geral de Cr\$ 1.400,00). Os entendimentos prosseguem, sob a direção da Comissão de Salários e da diretoria do Sindicato.

COMERCIÁRIOS

O aumento pretendido pelos comerciantes é de 30 por cento. Suas propostas estão sendo estudadas pelos diferentes sindicatos patronais. O Sindicato dos Lojistas, segundo comunicação à entidade dos comerciantes, está estudando o nível de crescimento do custo da vida para preparar sua resposta, deixando antever um acordo rápido.

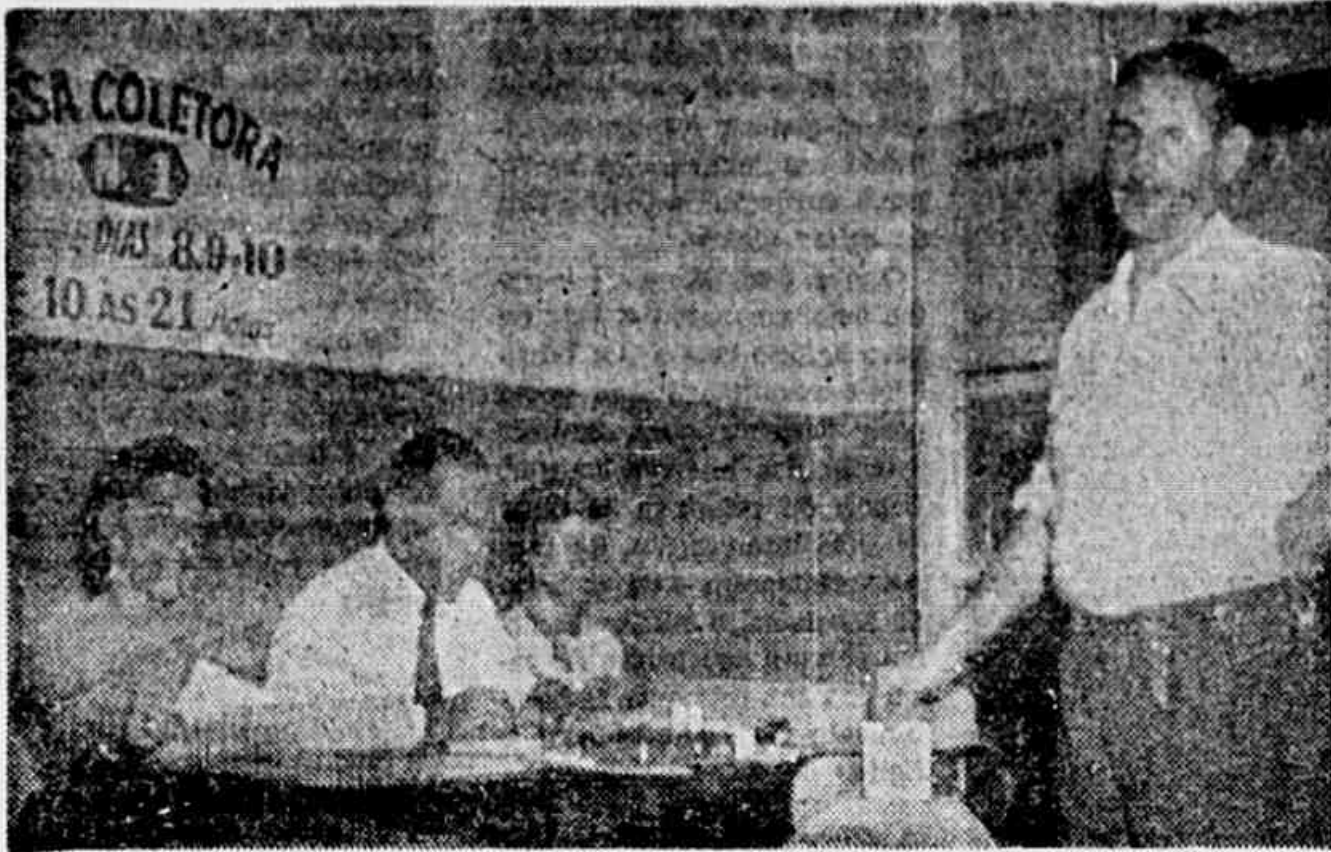
As demais entidades vêm-se reunindo na Federação do Comércio Varejista para apreciar a questão.

OUTROS SETORES

Os têxteis reivindicam aumento para os que ganhavam mais de Cr\$ 2.400,00 antes da vigência do novo mínimo e o Sindicato patronal já reconheceu a justeza do pedido, propondo que os entendimentos sejam feitos diretamente entre o Sindicato dos Têxteis e cada empresa.

Outras corporações, que iniciaram a luta pelo reajustamento são os trabalhadores em indústrias gráficas, em energia e gás, e alfaiates.

GRANDE VITÓRIA DOS COMERCIÁRIOS



Comparecendo em massa, às urnas, esta semana, os comerciantes do Distrito Federal afastaram a ameaça de intervenção ministerialista em seu sindicato, que se concretizaria caso não fosse alcançado o "quorum" (afinal ultrapassado em quase dois mil votos) para eleição da diretoria. Assim os comerciantes asseguraram, também, o prosseguimento da campanha em que se empenham, pelo aumento de vencimentos. (NA FOTO: comerciantes votando).

LUTAM TRABALHADORES DE RECIFE PELO REAJUSTAMENTO DE SALÁRIOS

Os servidores públicos do Estado movimentam-se pela reclassificação — Têxteis da Cia. Paulista conquistaram aumento através da greve — Gráficos obtiveram aumento

RECIFE. (Do Correspondente) — Diversas corporações de trabalhadores pernambucanos estão empenhadas em lutas por suas reivindicações específicas e reajustamento de salários. Entre essas, destacam-se os movimentos do funcionalismo público em favor da reclassificação de cargos e funções, dos operários da Companhia de Tecidos Paulista e dos gráficos, que já conquistaram importante vitória.

uma manobra — a concessão de um abono temporário e o adiamento indefinido da aprovação da reclassificação — que está sendo tentada por certos setores. Em contrato com parlamentares e após debates em suas entidades, os servidores decidiram concentrar seus esforços na luta pela adoção do Plano da APSE pela Secretaria da Fazenda.

reajustamento foi conquistado pelos gráficos de Recife, que já assinaram contrato coletivo. Após várias reuniões, foi elaborado um acordo entre operários e patrões estabelecendo um aumento de Cr\$ 240,00 para os salários de Cr\$ 2.000,00 a Cr\$ 2.700,00 e de Cr\$ 600,00 para salários superiores a Cr\$ 2.701,00. Os linotipistas passarão a receber seis centavos e meio por linha.

PLANO DE RECLASSIFICAÇÃO

Atendendo aos reclamos do funcionalismo público estadual, o governo enviou à Assembleia Legislativa o Plano de Reclassificação de Cargos e Funções, para o qual serviu de base um trabalho da APSE, entidade dos servidores. Embora considerem esse fato uma vitória importante e um passo à frente, os funcionários acham que o projeto do Executivo contém várias falhas. Visando eliminar essas falhas e aperfeiçoar o projeto, os servidores, através da APSE, estão encaminhando aos parlamentares suas reivindicações. Ao mesmo tempo, estão desenvolvendo esforços para sua aprovação rápida com o fim de desarticular

GREVE VITORIOSA DOS TÊXTEIS

Cerca de seis mil têxteis da Companhia de Tecidos Paulista, depois de tentarem infrutiferamente um acordo com os patrões, entraram em greve para conquistar o reajustamento salarial nas seções que trabalham por produção. Dada a firmeza dos operários, os patrões (Lundgren) assumiram o compromisso, perante o delegado regional do Trabalho, de reajustar os salários em quatro dias. Os operários e a Cia. nomearam comissões para, juntas, elaborar a tabela.

GRÁFICOS CONQUISTARAM AUMENTO

Outra vitória na luta pelo



Entre as diversas corporações que estão em luta pelo reajustamento, encontram-se os trabalhadores em energia (Light), que vemos em assembleia na FOTO acima.

Voz dos Leitores

Insalubridade e Exploração na Nitro-Química de São Paulo

Gases tóxicos envenenam os operários — Demitidas, de uma vez, 370 operárias — Perseguições e manobras desonestas — Lucros fabulosos

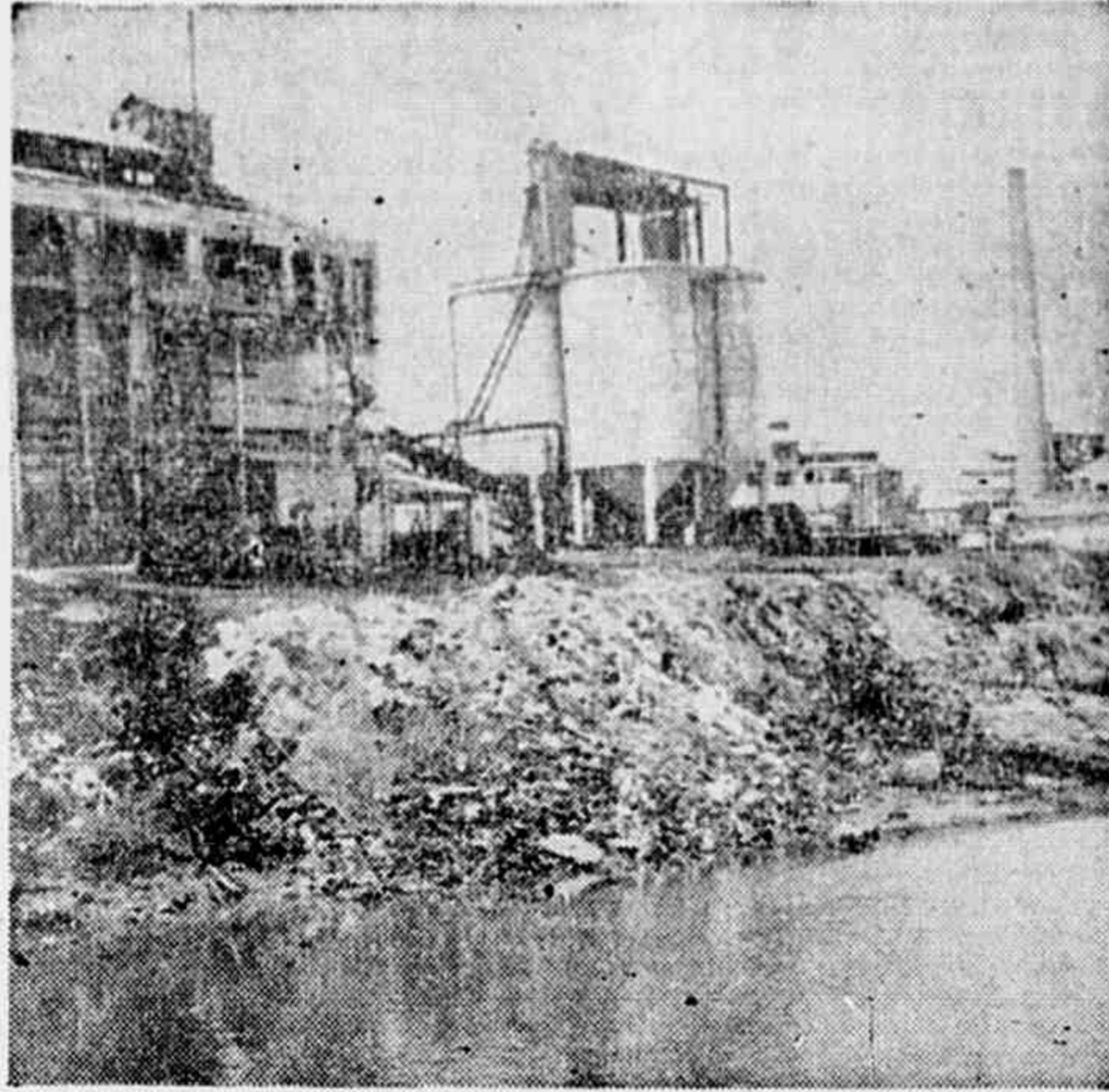
REPORTAGEM DO CORRESPONDENTE DA VOZ

Na empresa Nitro Química Brasileira, de São Paulo, trabalham cerca de sete mil operários. Este enorme contingente de trabalhadores, operários e operárias, é submetido a dura exploração e, particularmente, as péssimas e insalubres condições de trabalho. Em todas as seções os operários ficam sujeitos aos gases tóxicos e, em outras, à insalubridade de grau máximo. Por outro lado, a Nitro não paga taxa de insalubridade para nenhum grau.

INVENENAMENTO

As operárias, em geral, têm os rostos manchados (pau) pela intoxicação do fígado e os homens que trabalham com ácidos têm as pernas e rostos queimados. Nas seções da fiação (F. 5, P. F. 5, F. F. 1, F. F. 2) são mais atingidos pelo gás, de 100% de densidade, constantemente respirado pelos operários. Em algumas seções, o calor é insuportável, atingindo a 42 graus no verão. Não falta também, o Inferno dos «chuveirinhos».

As péssimas condições de trabalho prejudicam seriamente a saúde, inclusive mental, dos operários. Em dois meses duas operárias e dois operários tiveram sua sanidade mental atacada, tendo uma operária se atirado diante de uma locomotiva e outro enlouquecido em pleno trabalho. Outros pedem demissão, como a operária Francisca Rodrigues, para se libertar dos gases e dos maus tratos dos chefes.



A «Ilha do Diabo»



«Ilha do diabo» é o nome que os operários deram a uma das seções da Nitro Química, onde imperam terríveis condições de trabalho. No dia 27 de Agosto deu-se ali tremenda explosão que matou um operário e feriu gravemente dois outros (e não atingiu outros mais porque só estavam lá, no momento, os três), por displicência da empresa (deixou faltar água no forno). Em outra explosão recente, perdeu a vida outro trabalhador.

O chefe da seção persegue os operários e exige um ritmo acelerado de produção visando obter maior bonificação no fim do ano. Às vezes ele convoca os operários para trabalho em horas extras, suspendendo os

que não aceitam a convocação. Em sua mania de perseguição, este chefe cega a cortar a água quente na hora do banho dos operários (que vêm de um serviço sujo e quente).

As operárias

As operárias, em certos departamentos, trabalham de 5.30 às 13.30 e de 13.30 às 21.30 horas trabalhando 54 horas semanais sem nunca ter folga, sem repouso remunerado e sem receber horas extras em dobro, como assegura a C.L.T.

No dia 28 de julho a empresa demitiu 370 mulheres, sem pagar-lhes nenhum direito. O pretexto utilizado foi o de que a seção Indaia não pertence a empresa. Mas, na realidade, Fiação e Torção Indaia é da Nitro e da Votorantim. O que a empresa queria era demitir-las, para perderem seus direitos. Diante do protesto das interessadas, a Nitro propôs-lhes que fizessem novo contrato de trabalho, e às que não quizessem perder os anos de serviço, que fossem trabalhar em Boituva (48 Kms. depois de Sorocaba). Contra a arbitrariedade, 150 entraram com processo na justiça, uma parte aceitou novo contrato, outras conseguiram contrato com perda de 50% dos seus direitos e as restantes foram para Boituva, lu-

diárias com promessas que até hoje não foram cumpridas.

As operárias ficam justamente indignadas contra certas tentativas imorais de chefes e chefetes, inclusive contra a entrada deles em seus vestiários.

Manobras desonestas

Outro hábito da Nitro é a utilização de manobras e picuinhas contra os operários. A empresa, por exemplo, desconta Cr.\$1.300,00 por um passador de fio quebrado ou desaparecido, quando esta peça vale menos de cem cruzeiros. Quando um operário se acidenta e passa a usufruir o seguro, os patrões descontam os dias de seguro do período de férias e ainda lhe cobram o hospital e os curativos.

Recentemente, foram admitidas cerca de 300 menores, de 13 e 14 anos, que são duplamente exploradas: como operárias e como menores.

Apesar, entretanto, de submeter seus operários a essa situação, a Nitro obtém enormes lucros. Em 1955, seus lucros confessados foram de nada menos de Cr.\$..... 223.651.113,30

Por outro lado, os operários procuram organizar-se na empresa e lutar unidos por suas reivindicações e direitos.

Sub-Prefeituras em São Paulo

Do sr. L. F. («Mooquino»), de São Paulo, recebemos:

«No dia 29 de setembro, em ato público realizado no Teatro Colombo, o sr. prefeito desta Capital, atendendo à uma reivindicação da população paulista, criou, mediante decreto municipal, dezenove sub-prefeituras na cidade.

Como se sabe, o povo dos bairros organiza-se em conselhos distritais para elaborar programas locais de reivindicações, e agora, após a medida citada, esses organismos entrarão em contato com as sub-prefeituras para propor medidas e encaminhar soluções para os problemas mais prementes de cada bairro.

O Conselho Distrital da Mooca, que é composto de pessoas de diversas tendências políticas, líderes esportivos e trabalhadores, já está discutindo seus diversos problemas, tais como: instalação de Pronto Socorro, instalação de escola primária mantida pela prefeitura, luz nas vias públicas, calçamento e melhores transportes. A diretoria do Conselho é constituída por um dirigente esportivo de várzea, um funcionário municipal, um cirurgião-dentista, dois escritores e um comerciante.»

INICIAM OS TRABALHADORES DA LIGHT A LUTA POR AUMENTO DOS SALÁRIOS

«Os trabalhadores do grupo Light já iniciaram a luta por melhores salários. A iniciativa, desta vez, foi tomada pelos trabalhadores dos setores de Energia Elétrica e da Produção do Gás do Rio de Janeiro, tendo cerca de 400 associados do Sindicato se dirigido em memoriais à diretoria de sua entidade solicitando a realização de uma assembléia para tratar do assunto.

A assembléia deverá ter lugar no dia 19 do corrente e ali, certamente, serão estabelecidas as bases da campanha e traçados os seus rumos. Em princípio, é pensamento dos associados reivindicarem 60 por cento de aumento sobre os salários até Cr\$ 17.000,00 e mais uma bonificação de 50 cruzeiros por ano de serviços.

(Do correspondente da VOZ na Light — D. F.).

Debate Sobre Suez em Terezina

TERESINA, PI. (do Correspondente) — Realizou-se recentemente nesta Capital uma conferência sobre a nacionalização do Canal de Suez, promovida pelo Diretor Acadêmico da Faculdade de Direito do Piauí e irradiada

pela Rádio Difusora de Terezina. Os conferencistas foram os professores Benjamim do Rêgo Monteiro e José Olímpio de Melo e fizeram-se representar a Assembléia Legislativa, a guarnição militar do Piauí, a oficialidade do 2º B.C., o clero, o Juizado de menores e a Faculdade de Direito.

Os debates

O prof. Benjamim do Rêgo, em sua explanação, declarou-se favorável à atitude do presidente Nasser e disse que ele agiu em defesa dos interesses da nação. Em seguida, argumentou que o Egito é um país soberano e que suas decisões teriam que ser respeitadas, cabendo aos interessados recorrer à mediação da ONU a fim de evitar guerra.

O prof. José Olímpio, por outro lado, comparou a luta do povo egípcio com a dos brasileiros, ressaltando que nosso povo desperta para impedir a ação dos intervencionistas. Depois de referir-se às teses da «não intervenção», da «auto-determinação» e da «soberania absoluta», o orador discorreu sobre a construção do canal de Suez, colocando-se inteiramente solidário com o Egito.

A «Ilha do diabo» é o nome da seção da Nitro que aparece na foto ao lado banhada pelo rio Tietê

TENTAM MODIFICAR O PAGAMENTO NA BANGU

Do correspondente de VOZ na Companhia Progresso Industrial — Fábrica Bangu (D.F.), recebemos:

«O pagamento dos salários na Bangu tem sido, sempre, quizena!. Agora, entretanto, a direção da Cia. espalhou a notícia que os pagamentos passarão a ser feitos mensalmente. Com isso, ela visa obter juros dos depósitos e estabelecer um sistema de crédito em sua cooperativa, ou seja retornar ao método feudal do pagamento em espécie.

Os operários, por seu lado, já derrolaram uma tentativa semelhante em 1953 e já estão se unindo para conquistar outra vitória. Um abaixo-assinado contra a medida já recolheu centenas de assinaturas.»



VOZ OPERÁRIA

Diretor-Responsável

Aydano do Couto Ferraz

MATRIZ:

Av. Rio Branco, 257, 17º and., s/ 1.712 - Tel. 42-7344

ASSINATURAS:

| | Cr.\$ |
|---|--------|
| Anual | 100,00 |
| Semestral | 50,00 |
| Trimestral | 25,00 |
| Núm. avulso | 1,50 |
| Núm. atrasado | 2,00 |
| Aérea ou sob registro, despesas a parte .. | |
| Preço no R. G. S., Sta. Catarina e Paraná | 2,00 |
| Distrito Federal e São Paulo | 1,50 |

SUCURSAIS:

| |
|---|
| SÃO PAULO — Rua dos Estudantes n° 84 s/ 29, 2º and. — Tel. 37-4983. |
| PÓRTO ALEGRE — Rua dos Andradas, 1.646 s/ 74, 7º and. |
| RECIFE — Rua Floriano Peixoto n° 85 — 3º and. — s/ 326. |
| FORTALEZA — Rua Barão do Rio Branco, n° 1.248 — s/22 — Tel. 1-13-03. |
| SALVADOR — Rua Barão de Cotegipe, 67 — Edifício Zacarias, s/ 203 (Calçada). |
| JOÃO PESSOA — Rua Duque de Caxias, 558 — 1º and. — Salas 3 e 4. |
| Enderço Telegráfico da Matriz e das Sucursais: |

VOZ PÉRIA

Atrasa os Pagamentos o Serviço de Endemias Rurais

De um guarda do Serviço de Endemias Rurais, de Recife, recebemos:

«O pagamento dos guardas do Departamento do Serviço de Endemias Rurais nesta região vive eternamente em grande e inexplicável atraso. Basta dizer que este ano só recebemos os nossos salários no mês de julho, e isto somente até o mês de maio, depois de termos feito greves de protesto contra esse absurdo e realizado uma «passeata da fome» solicitando a generosa contribuição do povo para não morrerem de fome.

Além de estarmos enfrentando terríveis dificuldades e passando fome, ainda temos de trabalhar com fardas velhas e rasgadas, onde já não cabem remendos, pois o diretor regional afirma que não tem verba para pagar novo fardamento.

Através da presente, desejamos denunciar esta situação insustentável aos poderes competentes e ao povo, e exigir providências urgentes da Delegacia Fiscal e da Delegacia Regional. Dessa maneira é que não pode continuar».

E' Negativo o Projeto Sobre o Trabalho Rural Que Vai Entrar em Discussão na Câmara



Indenização e Situação Dos Colonos no Projeto

PREVALECEU, no projeto da comissão interpartidária, o ponto de vista dos substitutos Arinos e Segadas Viana ao antigo projeto 4.261, em relação aos colonos. A estes foram retiradas importantes conquistas, entre as quais o direito ao salário-mínimo, às férias, ao repouso semanal remunerado, às normas especiais de higiene e segurança do trabalho, à proteção do trabalho da mulher e do menor e outras de há muito asseguradas em lei. Se a fixação das normas relativas ao salário-mínimo no campo (percentagem de descontos, limitação dos des-

contos nos casos já previstos em lei, etc.) correspondem, de fato, aos interesses dos trabalhadores empregados, não se pode considerar aceitável a parte do projeto que retira esse direito legal às demais categorias de trabalhadores rurais, que constituem a esmagadora maioria. Na realidade, o projeto, uma vez convertido em lei, permitirá aos latifundiários e fazendeiros manobrar de modo a excluir a grande maioria — quando não a totalidade — de seus trabalhadores da categoria de empregado.

A INDENIZAÇÃO

O projeto assegura (artigos 63 a 67) a indenização por despedida injusta. Muitos parágrafos e itens, porém, estabelecem tantas e tão especiosas «causas» para justifi-

A Conferência Sul Baiana de Lavradores e Trabalhadores, realizada em Itabuna (UM ASPECTO DOS TRABALHOS, NA FOTO) enviou ao Rio uma comissão, que reclamou da Câmara a aprovação de um projeto que garanta os interesses dos trabalhadores rurais.

car a despedida que, em boa parte, aquela garantia é anulada. Além disso, a ocorrência de certos fenômenos climáticos (secas, geadas, chuvas, etc.) isenta o empregador de pagar a indenização, mesmo quando despedir o trabalhador sem justa causa. Isso permite ao empregador aproveitar a ocorrência desses fenômenos para despedir sem indenização.



Conferência Sobre Problemas da Lavoura em Goiânia

DEPUTADOS, líderes sindicais, dirigentes de organizações camponesas e outras personalidades convocaram uma conferência para discutir os problemas da lavoura de Goiás, a reunir-se em Goiânia, à 13 e 14 do corrente. Em reunião realizada na Câmara de Vereadores, foram aprovadas numerosas medidas preparatórias do conclave, tendo sido aprovado o temário, que é o seguinte:

REFORMA AGRÁRIA — 1) — Distribuição das terras devolutas aos legítimos lavradores; 2) — criação de novas Colônias Agrícolas no Estado; 3) — solução imediata da questão de Formoso, com a entrega dos títulos de propriedade aos posseiros; 4) — assistência do Estado e dos municípios aos pequenos e médios proprietários e aos lavradores sem terra: crédito, financiamento, sementes, inseticidas, etc.; 5) — melhores condições de trabalho para os lavradores que não possuem terra; 6) — campanha nacional pela reforma agrária.

LEGISLAÇÃO SOCIAL RURAL — pagamento do salário-mínimo e repouso semanal aos colonos de café e diaristas; 2) — campanha de apóio ao projeto de lei que estende ao campo o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho.

Em muitos municípios do Estado vem-se realizando a eleição de delegados dos camponeses e trabalhadores agrícolas. De acordo com as normas, cada grupo de vinte camponeses tem direito a eleger um delegado à conferência.

LOGO após a votação do projeto da cedula rural (em regime de urgência) entrará em plenário, no Palácio Tiradentes, o projeto de lei do trabalho rural, elaborado por uma comissão Interpartidária da Câmara, à base do antigo projeto 4.261 e das emendas e substitutivos a ele apresentados. O projeto da comissão rejeita, em linhas gerais, o 4.261 (enviado ao Congresso pelo presidente Vargas). Não se trata, mais, propriamente, de extensão do regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho ao campo, mas de uma regulamentação das normas legais já extensivas aos trabalhadores rurais, que visa, principalmente, suprimir a maior parte de sua conquistas a pretexto de que as condições de trabalho diferem radicalmente na indústria e na agricultura.

Atualmente, a Consolidação das Leis do Trabalho e sua legislação complementar estendem, aos assalariados agrícolas e colonos, numerosos direitos trabalhistas, especialmente aqueles mais essenciais, como o salário-mínimo, as férias, o repouso semanal remunerado, o aviso prévio e indenização, etc. Todos os trabalhadores rurais têm esses direitos. O que se pretende fazer, com o projeto atualmente em debate, é precisamente suprimir estas conquistas à maioria dos que trabalham no campo, o que é feito me-

dante uma classificação espectral dos trabalhadores rurais em diversas categorias. Somente a primeira categoria, a dos empregados, conservaria os direitos essenciais, mesmo assim ainda sujeitos a várias restrições que, muitas vezes, os liquidam sumariamente.

O mais importante no atual projeto é que ele transforma a esmagadora maioria dos trabalhadores rurais em «autônomos», excluindo da categoria de empregados. Trata-se de algo muito especioso, mas o fato é que, de acordo com seus inúmeros artigos e parágrafos, quase todos os trabalhadores — ou mesmo todos, como no que se refere aos colonos, aos trabalhadores do cacau, aos cortadores de cana, etc., que, afinal, constituem a grande maioria dos assalariados do campo no Brasil — são transformados em «empregados» ou, quando não, «provisórios». Ora, de acordo com o projeto, os empregados, colonos, provisórios, etc., praticamente ficam sem direitos. Aliás, a Confederação Rural, «por via das dúvidas», está aconselhando aos cafeicultores que, nos contratos, não deve haver a palavra colono, e sim empregado, com o que dezenas e dezenas de milhares de trabalhadores do café perderiam, legalmente, a condição de assalariados rurais.

MOBILIZAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS

É verdade que o projeto apresenta alguns aspectos positivos, como no que se refere à previdência social e às carteiras profissionais — embora não seja justo que estas fiquem a cargo do Serviço Social Rural, onde em geral os latifundiários dominam. No entanto, tantos são os seus aspectos negativos que os interessados — os assalariados agrícolas e colonos, bem como suas organizações e todos quantos estão dispostos a defender os interesses destes milhões de explorados — não podem deixar de empenhar-se numa séria batalha, visando salvaguardar seus direitos ameaçados.

Embora o projeto (em regime de urgência) deva ser discutido e votado em um prazo curto, os trabalhadores rurais podem mobilizar-se e exercer influência sobre os deputados que vão decidir uma questão de seu imediato interesse.

CONSIDERA O CNE VANTAGEM ESTIMULAR AS SOBREVIVÊNCIAS FEUDAIS

O CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA, em estudo enviado à Câmara Federal, a título de contribuição ao projeto que estende ao campo o regime jurídico da CLT, salienta principalmente que «há enormes vantagens em estimular-se o regime de parceria e de desestimular-se o regime salarial, que é a base do sistema de remuneração nos centros urbanos». E acrescenta: «a atividade agropecuária sob a forma de contrato de produção é a que mais convém à melhoria da técnica. O que garante o trabalho sob a forma de contrato de produção não é o regime de horas de trabalho, nem a segurança de férias, nem a estabilidade, e sim os dispositivos desse contrato que se relacionam com o preço e o prazo, em função do valor da produção».

Essa tese reacionária — que contradiz frontalmente a própria realidade em desenvolvimento nas principais regiões agrícolas do país, onde se acentua, em ritmo cada vez mais acelerado, a penetração do capitalismo — será esgrimida no plenário da Câmara pelos representantes dos latifundiários, no curso da discussão do projeto elaborado pela comissão interpartidária. A sugestão do Conselho Nacional de Economia chegou atrasada ao Palácio Tiradentes. Sabe-se, contudo, que alguns porta-vozes da Confederação Rural (onde os pontos de vista não são unânimes em relação à matéria) procuram servir-se dela para retirar do projeto artigos favoráveis aos trabalhadores rurais, especialmente aos colonos.

O CNE sugere que sejam restringidos, ou sumariamente abolidos, direitos já assegurados aos trabalhadores rurais, afirmando, textualmente, que a simples extensão, ao campo, dos preceitos da legislação aplicada nos meios urbanos resultaria na fixação de normas legais de impossível execução.



PAGOS ATRASADOS NA USINA OITEIRO

OS TRABALHADORES da Usina Oiteiro conquistaram importante vitória, com o pagamento dos salários atrasados, no dia 24 de setembro, pouco antes do prazo estabelecido pelo usineiro no último encontro com uma grande comissão de trabalhadores. Os operários da usina receberam o correspondente a quatro meses e os assalariados do campo (onde o atraso do pagamento é sempre maior) receberam sete meses.

A vitória dos trabalhadores que, há meses, vinham lutando, junto ao usineiro, através do Sindicato, de comissões, etc., despertou entusiasmo. Cresceu o interesse pelo Sindicato, inclusive entre as mulheres, que agora compreendem melhor ser a sua participação na luta um fator da vitória das reivindicações.

O pagamento dos atrasados na Usina Oiteiro repercutiu entre os operários e assalariados de outras usinas e fazendas, onde os trabalhadores também enfrentam os atrasos no pagamento dos salários. Na usina de Dona Finazinha Queirós, por exemplo, os trabalhadores estão dispostos a exigir o pagamento dos atrasados, que já alcança o correspondente a dois meses, e que não se justifica pois, como eles próprios vêm, na presente safra a usina está produzindo mais e em melhores condições — sem falar no aumento do preço do açúcar.

(Do Correspondente da VOZ em Campos, E. do Rio)

Marinha Mercante TAMBÉM UMA FRENTE De Luta Pela Emancipação Nacional

EM RECENTE mensagem ao Congresso, o sr. Juscelino Kubitschek propõe a criação de um Fundo Nacional da Marinha Mercante, destinado ao aperfeiçoamento deste importantíssimo setor da vida econômica do país.

Aparentemente, trata-se de assunto essencialmente técnico. Mas, na verdade, estamos diante de assunto da maior importância econômica e política, relacionado com os problemas vitais do desenvolvimento de nossa pátria. As grandes coletividades dos trabalhadores, tendo à frente a coisa corporação dos marítimos, assim como todos os demais patriotas, não podem por isso, fechar os olhos a este sério documento que aponta, com parcimônia e realismo, soluções viáveis para desafogar a economia dos transportes aquáticos nacionais.

UM INÍCIO DE SOLUÇÃO

O estrangulamento deste setor tem sido, nos últimos anos, estudado em todas as assembleias de trabalhadores do mar, no Parlamento e em congressos patrióticos. Uma das resoluções do Congresso Nacional de Defesa dos Minérios foi, por exemplo, apoiar, em suas linhas gerais, a criação do Fundo da Marinha Mercante. Isto por si mesmo indica a influência dos setores progressistas na elaboração do plano que o presidente Kubitschek acaba de enviar ao Congresso, como, de resto, em várias iniciativas do atual governo.

Até hoje não se havia apresentado uma solução viável e positiva para dar ao Brasil uma nova Marinha Mercante. A razão estava com os trabalhadores quando apontavam as mazelas do Loide e da Costeira, quando desmascaravam os desmandos e a burocracia naquelas empresas autárquicas, quando protestavam contra a quase total paralisação dos estaleiros nacionais, quando reclamavam a necessidade de se impedir que, nos transportes internacionais, o Loide abandonasse cada vez mais o terreno às companhias imperia-listas.

O atraso dos navios nos portos, encarecendo o custo dos transportes, a encomenda de todos os navios, mesmo os de menor calado, no estrangeiro, com sacrifício para a nossa balança de pagamentos, a autorização a companhias estrangeiras para efetuarem transportes de cabotagem — em 1955, atingiram a 5 milhões de dólares as despesas de cabotagem em navios estrangeiros — toda uma série de graves sintomas se acumulavam sem que houvesse um esforço oficial capaz de dar-lhes paradeiro.

Com a Mensagem desta semana, o Executivo oferece um início de solução. Seus téc-

nicos, chefiados pelo ministro Lúcio Meira, formulam as primeiras medidas para uma política de marinha mercante em moldes nacionalistas, inspirados nos modelos da legislação do petróleo e da Eletrobrás, esta última ainda em mãos do Congresso. Por tudo isto é que o projeto de Plano da Marinha Mercante merece a atenção de todos os interessados no progresso e na emancipação econômica do Brasil.

AS METAS

É possível, a um exame mais rigoroso e técnico, que se encontrem erros ou defeitos nas «metas» fixadas pelo Plano da Marinha Mercante. O mais importante, entretanto, é sua orientação geral, que se apresenta patriótica. Segundo o plano, o Brasil, até 1960, compraria no exterior 60 novos navios de cabotagem, 8 de longo curso e teria completado o reaparelhamento dos estaleiros da Ilha do Viana, para a construção de navios. Ao mesmo tempo o governo colocará na melhoria de estaleiros privados nacionais. No quinquênio seguinte, novos passos seriam dados à base da produção dos estaleiros nacionais: seriam incorporados à frota 3 navios de passageiros, 90 navios de cabotagem e 12 de longo curso.

FINANCIAMENTO DAS METAS

Para mobilizar recursos estimados em 16 bilhões de cruzeiros, sem contar as despesas em dólares para a compra de unidades no estrangeiro, o governo propõe a criação de um Fundo da Marinha Mercante e de uma taxa de renovação. A taxa, que recairá sobre o valor das cargas transportadas, corresponde a 1/2 por cento, no caso dos transportes internacionais, e a 1% para o transporte de cabotagem. Esta medida gravará, sem dúvida,

em pequena escala, o preço das mercadorias transportadas por via marítima, pelo que deve ser examinada à luz dos interesses públicos, cabendo aos trabalhadores, às entidades patrióticas e aos parlamentares discuti-la, sugerindo outras soluções viáveis e outros recursos financeiros que não onerem o custo da vida.

Ao nosso ver, algumas questões devem ser perfeitamente esclarecidas, para uma justa apreciação do plano de marinha mercante elaborado pelo governo Kubitschek.

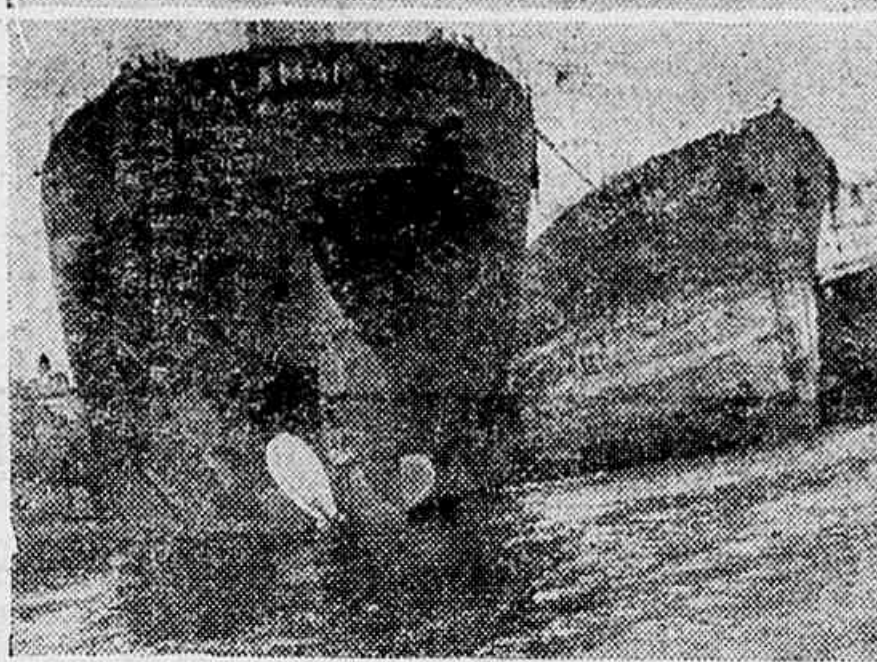
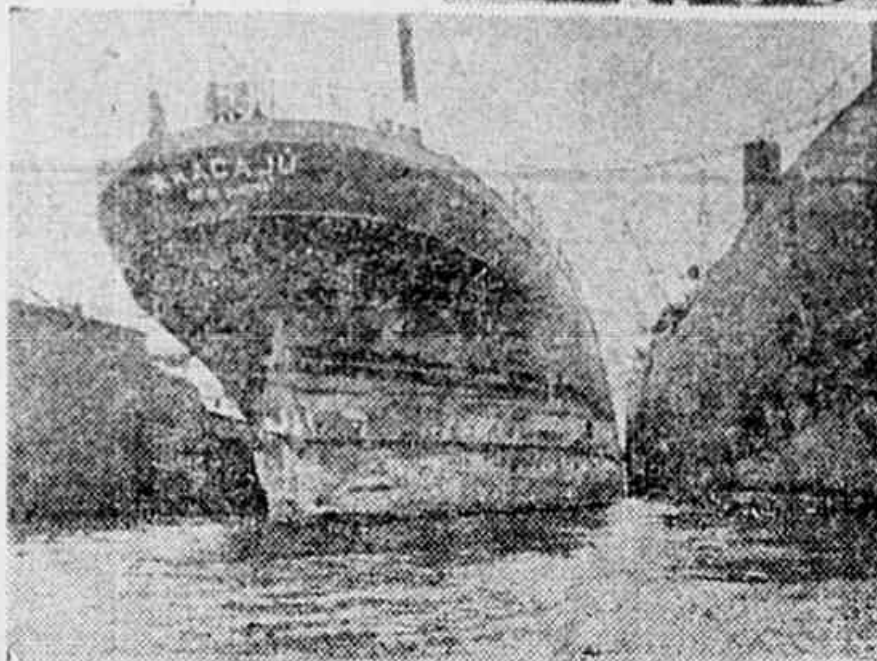
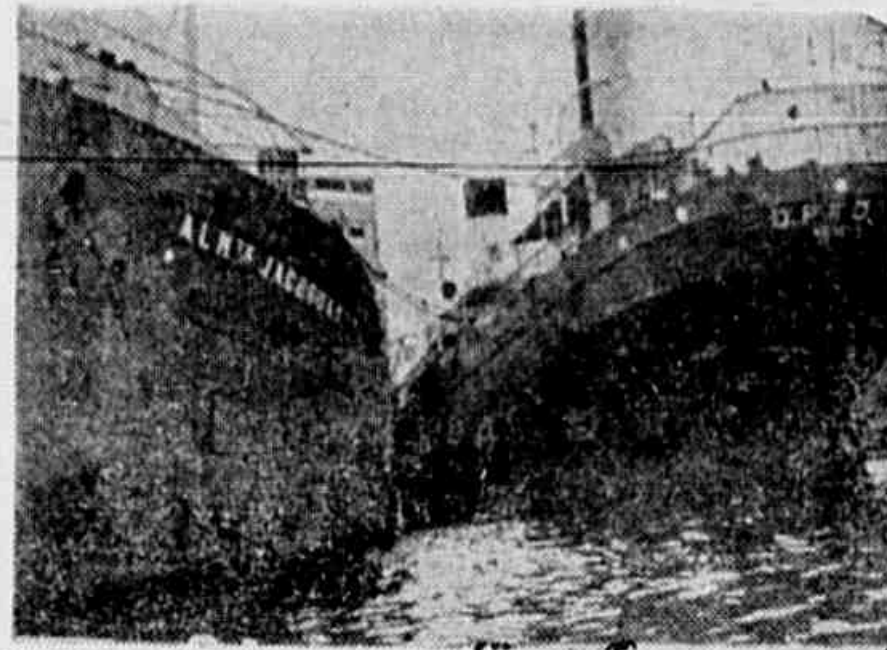
A primeira dela refere-se à posição e aos interesses dos trustes marítimos dos Estados Unidos neste setor. É visível a preocupação dessas empresas — como a Moore McCormack — em impedir ao Brasil o exercício da navegação de longo curso. Seu objetivo é continuarem senhores absolutos do valor de nossos fretes internacionais, que totalizam (1955) cerca de 300 milhões de dólares, principal parcela negativa de nossa balança de pagamentos. Para alcançar este objetivo os trustes procuram confinar o Loide à navegação de cabotagem, desviando para este serviço seus únicos 20 navios que ainda fazem linhas internacionais. Uma conclusão se impõe: é necessário que se impeça a liquidação das 5 linhas internacionais do Loide e se preveja, desde o início do plano, rápido crescimento da frota de longo curso. Não basta proclamar a necessidade de se assegurar 50% das cargas importadas e exportadas a navios de bandeira brasileira. (Hoje o Loide percebe, apenas, 7,6% do valor dos nossos fretes internacionais). É preciso criar-se a base material para a efetivação desta medida.

O PROBLEMA DA CABOTAGEM

No setor de cabotagem operam, atualmente, mais de 100 empresas privadas nacionais, além do Loide e da Costeira que, sôzinhas, totalizam cerca de três quartos da tonelagem dos navios. Entretanto, 57% da tonelagem da frota do Estado são representadas por navios em vésperas de passar à categoria de ferro velho. Para que se possa aplicar realmente o dispositivo constitucional que só permite a navios brasileiros o transporte de cabotagem, é urgente o condicionamento de vários deles, assim como a aquisição e a construção de novos.

Os dois grandes estaleiros pertencentes ao Estado, embora aptos a produzir 20 mil toneladas de embarcações de todos os tipos, estão paralisados. Sua pequena produção, além de sobrecarregar os orça-

A MENSAGEM GOVERNAMENTAL — ENVIADA AO CONGRESSO, NA SEMANA PASSADA — QUE É O FUNDO DA MARINHA MERCANTE? — TRÊS PROBLEMAS FUNDAMENTAIS: A POSIÇÃO E OS INTERESSES DOS TRUSTES, O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA, CABOTAGEM E NAVEGAÇÃO DE LONGO CURSO



Mais de 50 por cento da tonelagem do Loide e da Costeira são constituídos por navios em precaríssimo estado, segundo revelação do comandante Lúcio Meira, ministro da Viação. Os estaleiros das duas autarquias de navegação marítima, apesar de terem uma capacidade de produção de 20 mil toneladas de embarcações de todos os tipos estão praticamente paralisados, limitando-se a trabalhos de reparos em velhos barcos, como esses que se vêem nas fotografias, tomadas na Ilha do Mocanguê. Enquanto isto, gastamos cerca de 300 milhões de dólares anuais em fretes marítimos e pagamos no ano passado 5 milhões a companhias estrangeiras autorizadas a fazer serviços de cabotagem em nosso país. Esta situação é verdadeiramente insustentável e reclama um plano de larga envergadura, de moldes nacionalistas, para a rápida solução deste problema vital ao desenvolvimento econômico do Brasil.



mentos do Loide e da Costeira, representa grave prejuízo para o Brasil, que importa navios de todos os calados, mesmo barcos de pesca, rebocadores e chatas. A nova política para a marinha mercante — se seguir uma orientação nitidamente nacionalista — permitirá o revigoramento dos estaleiros. Uma justa e viável orientação já se esboça no anteprojeto governamental: a ajuda estatal aos estaleiros privados nacionais para a construção de embarcações e para o seu reequipamento. Prevê, também, a instauração de prêmios à construção naval no país.

NÃO PODE HAVER SOLUÇÕES UNILATERAIS

É evidente que, em face da precariedade dos transportes marítimos nacionais, muitos setores do comércio, da indústria e da agricultura se inclinam à compra imediata de navios no estrangeiro, deixando para as calendas gregas a construção naval em nosso próprio país. É isto, particularmente, quando sabemos que, em mais de 10 países há superprodução de navios ou existem estaleiros paralisados por falta de encomendas.

Mag & simples aquisição de

navios no exterior não arrancaria a raiz dos males. Com isto o Brasil não ganharia a batalha de sua emancipação industrial. Não é lícito, porém, cair no exagero, admitindo-se uma solução unilateral inversa — isto é, de que todos os navios deveriam ser construídos no Brasil. A asfixia de nossos transportes marítimos não permite adiamento de soluções. Pode-se admitir, portanto, a idéia de que a solução justa será a conjugação, num único programa administrativo, da

compra de navios simultaneamente com o reaparelhamento dos estaleiros nacionais para a sua mais rápida ativação. A questão da marinha mercante nacional não afeta, apenas, aos trabalhadores do mar e dos estaleiros. Interessa a toda a classe operária e a todos os patriotas. O Brasil não pode pagar, indefinidamente, 300 milhões de dólares anuais pelo transporte internacional, e outros milhões para os transportes eventuais de cabotagem em navios estrangeiros.

A batalha pela emancipação nacional não se trava, apenas, em torno de questões como as do petróleo, dos minerais atômicos, dos acordos lesivos à soberania de nosso povo. Cada setor de nossa economia onde esteja em causa o afastamento de entraves ao seu desenvolvimento independente é uma trincheira da luta emancipadora. Este é o caso da marinha mercante. Também aí podemos conquistar vitórias importantes.

